

# PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

## Estado de Minas Gerais

Prefeitura de Unai / Cópia Autêntica  
Nº de Páginas: 46  
Data: 09/08/2014



PROCESSO Nº

|  |  |
|--|--|
|  |  |
|--|--|

05334-001/2010

## 001 - SOLICITAÇÃO (FAZ)

Interna

Data Entrada: 23-04-2010

Previsão saída: 23-08-2014

Requerente: 112 - CONSELHO CENTRAL DE UNAI DA SSV

Endereço: EDUARDO R. BARBOSA, 180, CENTRO, UNAI, MG, 38610-000

CGC/CPF: 18649574000150

C.L.:

Observação: SOLICITAÇÃO REF A DOAÇÃO DO TERRENO DA SEDE DA FESTA DO TAMBORIL

Protocolado por:

### MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

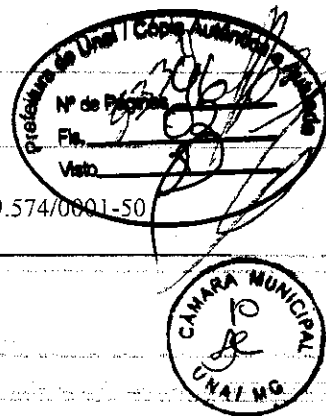
| DESTINO     | DATA       | DESTINO | DATA |
|-------------|------------|---------|------|
| 11 Diga     | 24/04/10   | 13      |      |
| 12 Diga     | 27-04-2010 | 14      |      |
| 13 S. SURB  | 06/05/2010 | 15      |      |
| 4 DIPAI     | 10-05-10   | 16      |      |
| 5 SEGU      | 14.05.10   | 17      |      |
| 6 P. P. P.  | 14.05.10   | 18      |      |
| 7. P. P. P. | 14.05.10   | 19      |      |
| 3           |            | 20      |      |
| 3           |            | 21      |      |
| 3           |            | 22      |      |
| 3           |            | 23      |      |



**CÓPIA AUTÊNTICA**

**Conselho Central de Unai**

Fundado em 20/03/1976 – Instituído em 21/03/78 – CNPJ: 18.649.574/0001-50



**Ofício nº 45**

**De: Conselho Central de Unai da SSVP**

**Para: Prefeitura Municipal de Unai - MG**

**Assunto: Solicitação de Doação do Terreno da Sede da Festa do Tamboril**

Unai - MG, 23 de abril de 2010.

Exmo Senhor,

**Louvado Seja o Nosso Senhor Jesus Cristo!**

O **Conselho Central de Unai da Sociedade de São Vicente de Paulo** é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, portadora da Lei de Utilidade Pública Municipal nº1.029 de 02/05/1984 e Lei de Utilidade Pública Estadual nº18.295 de 22/07/2009. Atua em duas frentes de assistência, sendo a manutenção do **Abrigo Frei Anselmo** em regime de internato integral com 121 internos deficientes e/ou idosos e o **Dispensário** que distribui 145 cestas semanalmente para famílias carentes da nossa cidade.

A SSVP, como é de conhecimento de todos, mantém viva a tradicional festa do Tamboril, festa esta que já se tornou um marco cultural em nossa sociedade. Na tentativa de atender as inúmeras solicitações dos frequentadores da Festa do Tamboril e com a ajuda da comunidade e de rendas próprias, estamos revitalizando esta festa, estamos refazendo todo o concreto e iniciaremos a cobertura do salão de festa.

Contudo, temos a ciência e a preocupação de que o terreno da sede da Festa ainda não é propriedade da SSVP. O referido terreno foi cedido à Prefeitura para o funcionamento de uma escola a muitos anos atrás, com o fechamento da escola o terreno foi doado à SSVP para a realização da Festa do Tamboril, festa esta que vem acontecendo a mais de três décadas. Conforme entendimento entre a Sociedade São Vicente de Paulo, o doador do terreno e a Prefeitura Municipal estabeleceu que o terreno seria doado à Prefeitura para depois a Prefeitura fazer a doação do Terreno à SSVP, na tentativa de agilizar o processo de doação do referido terreno. A primeira etapa já foi realizada, que foi a transferência do terreno para a Prefeitura, agora restando a segunda etapa que é a doação do terreno da Prefeitura para a SSVP.

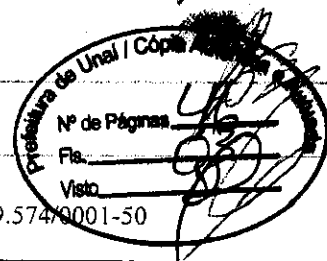
Desta forma, respeitosamente, vimos à conceituada presença de Vossa Excelência para solicitar a intervenção e empenho no sentido acelerar o processo de doação do referido terreno para a Sociedade São Vicente de Paulo, uma vez que estamos fazendo um grande trabalho social e cultural neste local.



**CÓPIA AUTÊNTICA**

## Conselho Central de Unai

Fundado em 20/03/1976 – Instituído em 21/03/78 – CNPJ: 18.649.574/0001-50



Certos da atenção de Vossa Excelência no sentido de pronto atendimento ao exposto, subscrevem-nos com protestos de alta estima e distinta consideração.

Fraternalmente,



Confrade

**Dalmir Alves Ferreira da Silva**  
Presidente do CCU da SSVP

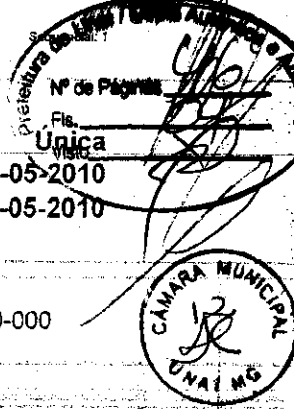
**Exmo.Senhor**  
**Antério Mânica**  
**Prefeito Municipal de Unai - MG**



**CÓPIA AUTÊNTICA**  
**Prefeitura Municipal de Unai**

Tipo de Guia: T.EXPED.

Guia: 2433 Exercício: 2010 Parcela: 01  
Vencimento: 23-05-2010  
Pagável até: 23-05-2010



Contribuinte..... 112-CONSELHO CENTRAL DE UNAI DA SSVP  
Endereço..... Rua EDUARDO R. BARBOSA, 180  
Bairro..... CENTRO  
Cidade..... UNAI-MG  
CNPJ/CPF..... 18.649.574/0001-50  
Cep: 38.610-000

| Descrição                      |           |
|--------------------------------|-----------|
| TAXA DE EXPEDIENTE E PROTOCOLO |           |
| Itens                          | Valor R\$ |
| PROTOCOLO                      | 7,66      |
| Taxa de Expediente             | 1,54      |
| Total da Guia:                 |           |
| 9,20                           |           |

Autenticação Mecânica

**Loterias CAIXA**

**Loterias CAIXA**

**Loterias CAIXA**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
JUNTA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap  
112-571522391-8  
23/abr/2010 HORA DF 15:09:51  
LOT. 11-03803-7 TERM 027520  
LOCALIDADE: UNAI  
MG. VINCULADA: 0842  
COMPROVANTE DE PAGAMENTO  
EM UNAI MG  
VALOR DO PAGAMENTO: 9,20  
0160400000003 092046542012  
005230002437 300011000480  
Disque CAIXA - 0800 726 0101  
Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474  
Reclamações, sugestões e elogios  
www.caixa.gov.br  
112-571522391-8  
CAIXA  
Linha do cliente

Ata da reunião extraordinária de nº 24º do Conselho Central de Unai da Sociedade São Vicente de Paulo fundado em 20 de março de 1976 e instituído ao Conselho Metropolitano de Brasília. "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo". Aos 07 dias do mês de novembro de 2009 às 13:50h iniciou-se a reunião presidida pelo confrade presidente José Luiz Sobrinho Rocha e contou com a presença dos seguintes confrades e consocias: José Luiz Sobrinho Rocha (presidente do Conselho Central de Unai); Amarildo José Xavier (membro vogal); Marinho Ferreira Neto (presidente do C.P. Nossa Senhora da Piedade); Erneia Aparecida Leite Baldez (vice-presidente do C.P. São Sebastião); Adelson Martins de Sousa (presidente do C.P. São Mateus); Beatriz Santana Soares (presidente do C.P. Nossa Senhora da Conceição); Gilmar de Paiva Mendes (presidente do C.P. Nossa Senhora da Pena); Rogério Pereira Gonçalves (presidente do C.P. São Geraldo Magela); Roberto José da Silva (presidente do CP. Nossa Senhora D'Abadia). Foram nomeados para Comissão eleitoral confrades Robson José Coimbra, Marcionilio José da Silva, Valdir José Correia; as consocias Ivete Maria de Oliveira Alves e Celmira Aparecida da Silva foram representados os quais enviaram seus votos por correspondências. Em seguida o confrade André fez a leitura espiritual "Deus é sempre amor" (Pe. Fábio de Melo). Esta reunião ocorreu para eleição da nova diretoria do Conselho Central de Unai e obras unidas vinculadas conforme edital anteriormente publicada. Para dar início as eleições confrade José Luiz retirou-se da mesa e convidou os confrades Robson José Coimbra, Marcionilio José da Silva, Valdir José Correa os quais foram nomeados a comissão eleitoral para assumirem a mesa e realizar as eleições confrade Robson convidou todos os candidatos a fazerem sua apresentação e apresentar seus objetivos. Conselho Central de Unai da SSVP. Cfr. Dalmir Alves Ferreira da Silva teve 10 votos; confrade Edson Frazão teve 1 voto; Conselho Fiscal CCU.SSVP. consocia Marisa Oliveira Torres Romeu teve 09 votos; Luciana de Sousa Rosa obteve 09 votos, o confrade Elvis Elias Rocha obteve 09 votos, Abrigo Frei Anselmo Cláudio Gonçalves Siqueira obteve 11 votos. Robson Soares da Silva não obteve votos. Conselho Fiscal do Abrigo Frei Anselmo: Luciana de Sousa Rosa obteve 11 votos; confrade Elvis Elias Rocha obteve 10 votos, consocia Marília Gabriela Torres Martins Obteve 10 votos; Abrigo Frei Pio de Arinos: Confrade Teodolino Pereira dos Santos obteve 09 votos; confrade Arthur Pimentel Valadares, não obteve votos; Conselho Fiscal Abrigo Frei Pio consocia Isabel Cristina Álvares obteve 08 votos; Aldair Damascena Carneiro obteve 04 votos; Raquel de Oliveira Pio obteve 08 votos; Vanderley de Souza Paiva obteve 05 votos; Rosely Lopes de Oliveira obteve 05 votos e Antônio Martins Damascena não obteve votos. Abrigo João da Silva Santarém de Buritis; confrade Jucie Nery do Bonfim obteve 03 votos; consocia Maria Eliene Ornelas da Silva não obteve votos; confrade Valdecir da Rosa Silva obteve 07 votos; Conselho fiscal do Abrigo João da Silva Santarém; Consocia Luciana Vieira da Silva obteve 05 votos; José Onir Lopes dos Santos obteve 06 votos; Valdecir Coelho de Lima, obteve 04 votos; Cleuma Amaral Rocha obteve 04 votos; Gaspar Quintino da Rocha obteve 04 votos; Dêlio Prado Lopes obteve 06 votos. Nada mais havendo a tratar eu Romilda Maria de Andrade Almeida secretária lavrei a presente ata que após lida se aprovada será assinada. Unai 07 de novembro de 2009. a) José Luiz Sobrinho Rocha, a) Robson José Coimbra, a) Valdir José Correa, a) Marcionilio José da Silva, a) Beatriz Santana Soares, a) Adelson Martins de Sousa, a) Marinho Ferreira Neto, a) Roberto José da Silva, a) Erneia Apª Leite Baldez, a) Gilvan de Paiva Mendes; a) Amarildo José Xavier, a) Rogério Pereira Gonçalves. Era o que continha no livro de ata das Assembleias Ordinárias ou Extraordinárias do Conselho Central de Unai da Sociedade de São Vicente de Paulo às folhas 14 verso 15 e verso que bem e fielmente transcrevei. Unai MG. 07 de novembro de 2009.

NOTAS  
UNAI - MG

Confrade

  
José Luiz Sobrinho Rocha  
Presidente do Conselho Central de Unai da SSVP

Reserva da ata da reunião extraordinária de nº 24º do Conselho Central de Unai do dia 07 de novembro de 2009 às 13:59hs, a qual iniciou com o presidente confrade José Luiz Sobrinho Rocha. Em tempo: Na ata o nome do presidente do Abrigo João da Silva Santarém constou confrade Valdeci Rosa da Silva e o correto é Valdeci da Rocha Silva e não constou o nome do vice dele que é o Confrade Gilvan de Paiva Mendes. Nada mais havendo a tratar a ata foi encerrada e para constar eu Romilda Maria de Andrade Almeida secretária do Conselho Central e Unai lavrei na folha 19 do livro do Conselho Central e após lida se aprovada será assinada. Unai-MG, 07 de novembro de 2009. a) Romilda Maria de Andrade Almeida, a) José Luiz Sobrinho Rocha.

1º OF. NOTAS  
UNAI - MG  
Confrade José Luiz Sobrinho Rocha  
José Luiz Sobrinho Rocha  
Presidente do Conselho Central de Unai da SSVP.

Documento apresentado hoje para registro.

REGISTRADO Sob e Nº 67  
AVERBADO A-02 de pessoas Jurídicas.  
no Livro 21/01/2010  
Unai - MG, 27/01/2010  
Unai-MG, 27/01/2010  
OFICIAL OU ESCRIVENTE

Vilma Gonçalves Ferreira  
Escrivente Substituta



**PRIMEIRO SERVIÇO NOTARIAL**

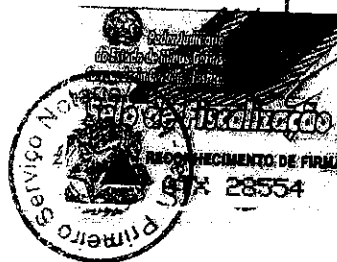
Dr. Edson Lucas da Silva  
Tabelião

R. Jose do Patrocínio, 667-Centro-Unai-MG  
ECFone: (38) 3676-4044-Fax: (38) 3676-176

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s)  
Supra-assinada(s) de:  
[C20dukd54]-JOSE LUIZ SOBRINHO ROCHA...  
Em: 2.78;TxJ:0.92;Rec:0.17;Tot: 3.88  
Unai/MG 26/01/2010

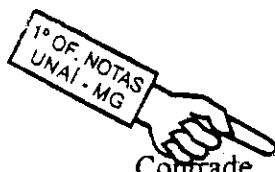
Em testemunho da Verdade

EDSON LUCAS DA SILVA JUNIOR  
ESCRIVENTE



Ata da quinquagésima (50ª) festa regulamentar ordinária do Conselho Central de Unai -MG da Sociedade São Vicente de Paulo, fundada em 20 de Março de 1976 e instituída em 21 de Março de 1978 vinculado ao Conselho Metropolitano de Brasília-DF. "Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo". Aos seis dias do mês de Dezembro de dois mil e nove (06/12/09); às 08:00hs foi dado início com a celebração da palavra presidida pelo Diácono Mauricio Alves de Queiroz e animada pela equipe de música Pedro Henrique, Mônica, Bárbara e Malú, após o término da celebração foi servido um saboroso café onde todos foram convidados. Às 09:35hs deu início a festa regulamentar em honra a Nossa Senhora da Conceição sendo apresentada pelo confrade Diácono Mauricio o qual iniciou com as orações iniciais da SSVP; em seguida passou-se a formação da nessa da qual fez parte o confrade José Humberto representante do Conselho Metropolitano de Brasília. Passou-se a leitura da ata anterior sendo aprovada sem ressalvas e devidamente assinada pelos membros do Conselho Central de Unai. Logo após tivemos o momento Mariano o qual houve uma apresentação sobre Nossa Senhora e o Anjo Gabriel apresentada pelas consocias Mônica e Malú as quais nos encantaram cantando o ofício a Nossa Senhora, em seguida foi dado a palavra a consocia Ivete a qual leu uma correspondência do Abrigo Frei Anselmo que nos convidam para participarmos do Natal dos internos e do amigo oculto deles no dia 17 de dezembro a partir das 18:00hs. Foi dada a palavra ao confrade presidente do Conselho Central de Unai José Luiz Sobrinho Rocha o qual falou da sua felicidade em poder contar com o esforço e apoio de cada um em tantos anos, e pediu desculpas se magou alguém, pois em momento algum teve esta intenção até porque sempre procurou trabalhar com sabedoria e humildade, destacou ainda o apreço ao confrade Edson José Xavier que infelizmente por motivo de trabalho na SSVP sofreu um acidente tendo que se afastar da presidência e por este motivo o confrade José Luiz teve que assumir a presidência do Conselho Central de Unai e mesmo assim nunca deixou de apoiar e ajudar o confrade José Luiz; agradeceu de um modo especial a sua equipe de diretoria que sempre esteve presente nas decisões difíceis de serem tomadas. Foram homenageados também os funcionários da SSVP, Vera Lúcia Lopes Vieira, Maria Cláudia Gomes da Silva Maximo e Itamar de Souza Benedito; destacou o apreço que os membros do Conselho Metropolitano de Brasília enfatizam pela Sociedade de São Vicente de Paulo de Unai; agradeceu a presença do confrade José Humberto e sua esposa representante do Conselho Metropolitano de Brasília (CMB) e pediu para que ele levasse nossos sinceros agradecimentos a consocia Emília presidente do Conselho Metropolitano de Brasília e também ao confrade Róbson que sempre ajudou fez o agradecimento a sua esposa Bethânia e ao confrade Diácono Mauricio que sempre estiveram ao seu lado; finalizou deixando uma mensagem de Lucas (16,9-15) para todos e de um modo especial para o confrade Dalmir novo presidente do Conselho Central de Unai e toda a sua diretoria, deu-lhe as boas vindas e se colocou a disposição para ajudar o confrade no que ele precisar, o confrade Edson José Xavier fez uso da palavra o qual citou a consocia Dona Ana de 85 anos pela força e coragem que ela tem e disse que foi isso e o amor que tem a Nossa Senhora que o levantou e o fez dar continuidade em seu trabalho junto ao confrade José Luiz. Confrade Amarildo também fez uso da palavra agradecendo a todos pelo apoio recebido no tempo que ficou na presidência do abrigo frei anselmo, também leu a prestação de contas do abrigo. Às 11:15 hs o confrade Diácono Mauricio convidou o confrade José Humberto representante do Conselho Metropolitano de Brasília para dar posse ao novo presidente do Conselho Central de Unai confrade Dalmir Alves Ferreira da Silva o qual leu o termo de posse após o término do **Termo de Posse** o confrade José Humberto estabeleceu o mandato do confrade Dalmir para o **período de 06/12/2009 a 05/12/2013** de acordo com o **Artigo 40 da regra** da SSVP no Brasil, o qual parabenizou e deu as boas vindas ao presidente empossado e também enalteceu o trabalho dos confrades José Luiz Sobrinho Rocha e Edson José Xavier durante seu mandato, leu ainda uma mensagem enviada pela consocia Emília presidente do Conselho Metropolitano de Brasília a qual desejou a todos um feliz Natal e um 2010 cheio de paz e realizações. Foi dada a palavra ao confrade empossado Dalmir Alves Ferreira da Silva o qual apresentou sua diretoria executiva assim constituída, após descrever

sua trajetória vicentina agradecer a todos. **Diretoria executiva:** 1º vice-presidente Edson Oliveira Frazão; 2º vice-presidente Robson José Coimbra; **Secretária:** Nucia Lepesquer Coelho; **Secretária:** Juliana Gonçalves de Oliveira; **Tesoureiro:** Roberto José da Silva; **Vice-Tesoureiro:** Edmar Pereira de Castro; **Coordenador do Dispensário:** José Ronaldo de Almeida; **Coordenador da ECAFO:** Ceci Coelho Caetano Costa; **Coordenador da Comissão de Jovens:** Pedro Henrique de Moura Caixeta; **Assessora de Comunicação:** Bárbara Dalva Alves; **Coordenador da Comissão de Eventos:** Mario Egidio Neves; **Coordenador do CCAS** Conferencia de Criança e adolescentes; Simoni Mesquita dos Santos Gregório; **Presidente do Abrigo Frei Anselmo:** Cláudio Gonçalves Siqueira; **Vice-Presidente:** Wilson Moreira de Andrade. Ao mesmo ato nomeou também seus respectivos membros **vogais** sendo: Pedro Henrique de Moura Caixeta, Ceci Caetano Costa, Roberto José da Silva, Nucia Lepesquer Coelho, Simoni Mesquita dos Santos Gregório, Cláudio Gonçalves Siqueira, José Ronaldo de Almeida. Logo após foi dado a palavra ao confrade José Ronaldo de Almeida o qual lembrou a todos que as cestas de Natal serão entregue no dia 24/12/2009 e cada conferencia ficara responsável de levar a cesta para seus assistidos. Tivemos também a presença do vice-prefeito de Unai confrade José Gomes Branquinho o qual fez o uso da palavra deixando o abraço do prefeito Antério Manica que devido a outro compromisso não pode esta presente, pediu ao confrade José Humberto que levasse seu abraço para a todos do Conselho Metropolitano agradeceu aos confrades José Luiz e Edson José Xavier pelo trabalho desempenhado na SSVP e se coloca a disposição para ajudar a nova diretoria do Conselho Central de Unai, deixou também seu agradecimento ao confrade Amarildo pelo carinho e dedicação na realização do seu trabalho no Abrigo Frei Anselmo, terminou desejando a todos um feliz Natal e um feliz 2010. O confrade Floro também parabenizou a nova diretoria e se colocou a disposição ele e sua esposa para ajudar no que precisarem. Confrade José Luiz disse que todas as certidões negativas do Conselho Central de Unai estão prontas só que não teve como pegar, e ficou de enviar via correio para o Conselho Metropolitano de Brasília, confrade Dalmir pediu que após o terminio as festa regulamentar todos os presidentes de Conselhos Particulares pegar o Plano de ação com ele, e ao presidentes de conferencias pegarem na secretaria no decorrer da semana, confrade José Humberto fez a apresentação e deu as boas vindas aos novos confrades e consocias. As 12:00hs foi feito o encerramento da festa regulamentar com as orações costumeiras da SSVP, lembrando que esta festa contou-se com 169 participantes e estes se confraternizaram com delicioso almoço. Nada mais havendo a ser tratado foram encerrados os trabalhos sendo esta colocada sobre aprovação dos presidentes e assinada pelos vicentinos membros do Conselho Central de Unai em 06 de Dezembro de 2009. Para tudo constar eu Romilda Maria de Andrade Almeida secretária lavrei a presente ata. a) José Luiz Sobrinho Rocha, a) José Humberto a) Dalmir Alves Ferreira da Silva, a) Ivete Maria de Oliveira Alves, a) Nivalda Amaral Campos, a) Pedro Henrique de Moura Caixeta, a) José Ronaldo de Almeida, a) Roberto José da Silva, a) Ceci Coelho Caetano Costa, a) Edmar Pereira de Castro, a) Robson José Coimbra, a) Mario Egidio Neves, a) Nucia Lepesquer Coelho, a) Bárbara Dalva Alves, a) Diác. Mauricio Alves de Queiroz, a) Edson Oliveira Franzão, a) André Luiz da Rocha, a) Simoni Mesquita dos Santos, a) Cláudio Gonçalves Siqueira, a) Juliana Gonçalves de Oliveira. Era o que continha no livro de ata das Assembléias Ordinárias ou Extraordinárias do Conselho Central de Unai da Sociedade de São Vicente de Paulo às folhas 20 frente e verso 21 frente e verso e 22 frente, que bem e fielmente transcrevei. Unai MG: 06 de dezembro de 2009.



Confrade

Dalmir Alves Ferreira da Silva.

Presidente do Conselho Central de Unai da SSVP

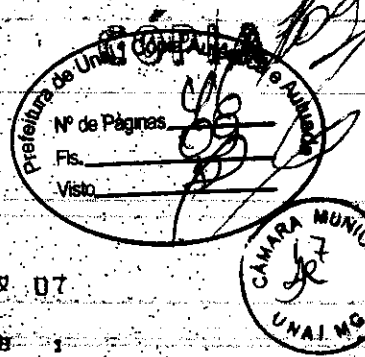




# PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

CEP 38.610 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**CÓPIA AUTÊNTICA**



## C E R T I D Ã O

Certifico que revendo o Livro de Leis nº 07 desta Prefeitura, nele consta as fls. 114 e 114-v o seguinte:

Lei Nº 1.029/1984. Autoriza o Executivo Municipal declarar de Utilidade Pública o Conselho Central de Unai da Sociedade de São Vicente de Paula e dá outras providências. A Câmara Municipal de Unai, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei: Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública, o Conselho Central de Unai da Sociedade de São Vicente de Paula, com sede e foro na cidade de Unai - Minas Gerais. Artigo 2º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a baixar através de decreto a declaração de utilidade pública a que se refere o Artigo Primeiro desta Lei. Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Unai-MG, 22 de Março de 1984. (Ass.) ADÉLIO MARTINS CAMPOS - Prefeito Municipal. (Ass.) ANTÔNIO ALVES DE AVELAR - Chefe de Gabinete. Era o que continha. Eu José Luiz Neto, Diretor do Departamento de Administração, a copiei, li, conferi e achei conforme a subscrevo, na data de 02 de Maio de 1984.

-----

*José Luiz Neto*  
Diretor de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI - MINAS GERAIS

**AUTENTICAÇÃO**

Conferi com o original. Dou fé

*Dalton G. Rodrigues Gonçalves*  
Assessor Executivo de Governo  
Coordenador Geral do Serviço Especial para Assuntos Legislativos - Brasília

ATÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

**AUTENTICAÇÃO**

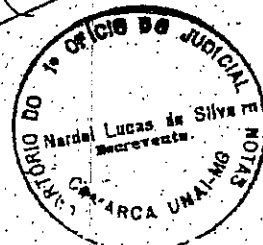
Conferi com o original. Dou fé

Unai - MG 25/04/1987

O Tabelião

REL - EDSON LUCAS DA SILVA  
MARIA AP DE ASSIS LUCAS  
CLAUDIO ROBERTO S. LUCAS

**AUTENTICAÇÃO**  
conferi com o original dos 16  
Unai-MG 10/04/1990  
O Tabelião



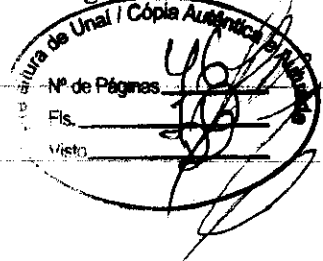
**PRIMEIRO SERVIÇO NOTARIAL**  
**AUTENTICAÇÃO**

Conferi com o original. Dou fé

Unai-MG 28 JAN 1988

O Tabelião

REL - EDSON LUCAS DA SILVA  
MARIA AP DE ASSIS LUCAS  
CLAUDIO ROBERTO S. LUCAS



Norma: LEI 18295 2009

Data: 22/07/2009

Origem: LEGISLATIVO

Tramitação

**Ementa:** DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CONSELHO CENTRAL DE UNAÍ DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE UNAÍ.

**Fonte:** PUBLICAÇÃO - MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 23/07/2009 PÁG. 1 COL

**Indexação:** UTILIDADE PÚBLICA, ENTIDADE, MUNICÍPIO, UNAÍ.

**Catálogo:** UTILIDADE PÚBLICA.

**Texto:**

Declara de utilidade pública o Conselho Central de Unai da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Unai.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,  
O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes,  
decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

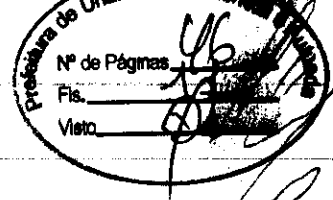
Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Central de Unai da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Unai.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 22 de julho de 2009; 221º da Inconfidência Mineira e 188º da Independência do Brasil.

AÉCIO NEVES  
Danilo de Castro  
Renata Maria Paes de Vilhena

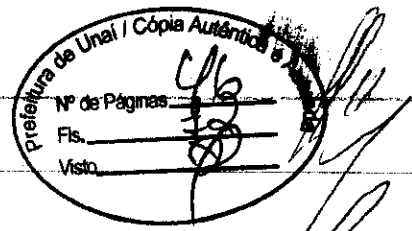
CÓPIA AUTÊNTICA



|                                | Presidente M. Amiga.    |                                    |           | 2007-2012 | Garantista      |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------------------|-----------|-----------|-----------------|
| Maurício Alves Queiroz         | Dirigente Espiritual    |                                    |           | 2102-2225 |                 |
| José Ronaldo de Almeida        | Dispensário             |                                    | 3676-3117 |           |                 |
| Claudio G. Siqueira            | Pres Abrigo F. Anselmo  | Rua Eduardo R. Barbosa, 309.       | 3676-3225 | 3676-1781 | Comerciário     |
| Beatriz Soares Santana         | CP N. Sra. Conceição    | Rua Cachoeira, 505 Aptos 101.      |           | 3676-2312 | Téc. Eletônica  |
| Marinho Ferreira Neto          | CP N. Sra. Piedade      | Rua Vereador J. Narciso,           |           | 3676-5770 | Comerciário     |
| Maria Ione Alves R. Almeida    | CP N. Sra. Abadia       | Rua Aldeia,                        | 3676-1819 | -         | Aux. Secretaria |
| Ivete Maria de Oliveira        | CP N. Sra. Aparecida    | Av. José Luiz Adjuto, 777          | 3676-2854 | -         | Comerciário     |
| Elição de Sousa Oliveira       | CP. São Lucas           | Rua Eduardo R. Barbosa, 309        | 3676-5289 |           |                 |
| Adelson Martins                | CP São Mateus           | Rua Aldeia, 202 apt, térreo.       | 3676-3117 | -         |                 |
| Antônia A. Carneiro dos Santos | CP São Geraldo          | Av. Lisboa, 320                    | 3676-6410 |           | Advogada        |
|                                | CP N. Sra. Pena         | Rua Martinho Estrela, 353 Planalto | 3676-7902 |           | Mecânico        |
|                                | CP São Sebastião        | Av. Bias Fortes, 347.              | 3635-1624 | 9951-7902 | CEMIG           |
| Valteci da Rocha Silva         | Abrigo João S. Sant'ana |                                    | -         | 9983-4714 | IEF             |
| Teodolindo                     | Abrigo Frei Pio         | Av. Bias Fortes, 280.              | 3662-3549 | Buritiz.  | Professora      |
| Manoio                         | Abrigo S. Franc. Assis  |                                    |           | Buritiz.  |                 |
|                                |                         | Av. Unai, 200.                     |           | Buritiz.  |                 |
|                                |                         |                                    |           | Arinos.   |                 |
|                                |                         |                                    |           | 3675-8230 | Natalândia.     |

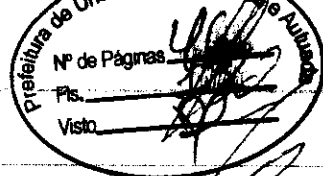
# CONSELHO CENTRAL DE UNAÍ DA SSV

CÓPIA AUTÊNTICA



| Nome                           | Cargo                   | Endereço                           | Tel. Residenc | Tel. Comerc | Celular   | Profissão            |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------------------|---------------|-------------|-----------|----------------------|
| Dalmir Alves Ferreira da Silva | Presidente CIOU         | Av. Lisboa, 531                    |               |             |           |                      |
| Edson de Oliveira Frazão       | I Vice-Presidente       | Rua Melo Viana, 42.                | 3676-6431     |             |           |                      |
| Robson José Coimbra            | II Vice-Presidente      | Rua Dulce T. Brochado,             | 3676-0531     |             | 9922-9901 |                      |
| Núcia Lapesquer Coelho         | Secretária              | Rua Ana Paula M.de Oliv. 102       |               |             |           | Bibliotecário        |
| Juliana Gonçalves de Oliveira  | II Secretária           | Av: Jose L. Adjunto,               | 3676-2852     | 2102-2219   | 9941-2503 | Aux. Contabilidade   |
| Roberto José da Silva          | Tesoureiro              | Av. Jarbas de O. Souto, 445        |               | 3676-7068   |           | Aux. Contabil/Fiscal |
| Edimar Pereira de Castro       | II Tesoureiro           | Rua Cachoeira,                     |               | 3676-3643   |           |                      |
| Simoni Mesquita                | Coord. da ECAFO         |                                    |               |             | 9965-5938 | Admstr. Empresas     |
| André Luiz da Rocha            | Coord. Evangelização    | Av. Vicente de Paulo, 286          |               |             |           |                      |
| Bárbara Dalva Alves            | Coord. de CCA's         |                                    |               |             |           |                      |
| Pedro Henrique de Moura C.     | Coord. de Obras Unidas  |                                    |               |             |           |                      |
| Mario Egídio Neves             | Assc.de Comunicações    |                                    |               |             |           |                      |
|                                | Comissão Jovens         |                                    |               |             |           |                      |
|                                | Comissão de Festas      |                                    |               |             |           |                      |
| Maurício Alves Queiroz         | Presidente M. Amiga.    | Rua Eduardo R. Barbosa, 309        | 3676-3117     | 3676-6060   | 8806-6542 | Babá                 |
| José Ronaldo de Almeida        | Dirigente Espiritual    | Rua Francisco Rodrigues, 384.      | 36769826      | 2102-4000   | 9125-8063 | Professora/Estudent. |
| Cláudio G. Siqueira            | Dispensário             |                                    |               | 2102-2225   | 9804-2815 | Garantista           |
| Beatriz Soares Santana         | Pres Abrigo F. Anselmo  | Rua Eduardo R. Barbosa, 309.       | 3676-3117     |             |           |                      |
| Marinho Ferreira Neto          | CP N. Sra. Conceição    | Rua Cachoeira, 505 Aptos 101.      | 3676-3225     | 3676-1781   |           |                      |
| Maria Ione Alves R. Almeida    | CP N. Sra. Piedade      | Rua Vereador J. Narciso,           |               | 3676-2312   |           | Comerciário          |
| Ivete Maria de Oliveira        | CP N. Sra. Abadia       | Rua Aldeia,                        | 3676-1819     |             |           | Téc. Eletrônica      |
| Elcio de Sousa Oliveira        | CP N. Sra. Aparecida    | Av. José Luiz Adjuto, 777          | 3676-2854     | 3676-5770   | 8814-9863 | Comerciário          |
| Adelson Martins                | CP. São Lucas           | Rua Eduardo R. Barbosa, 309        | 3676-5289     |             |           | Aux. Secretaria      |
| Antônia A Carneiro dos Santos  | CP São Mateus           | Rua Aldeia, 202 apt, térreo.       | 3676-3117     |             | 9938-2420 | Comerciário          |
|                                | CP São Geraldo          | Av. Lisboa, 320                    | 3676-6410     |             |           |                      |
| Valdeci da Rocha Silva         | CP N. Sra. Pena         | Rua Martinho Estrela, 353 Planalto | 3676-7902     |             |           | Advogada             |
| Teodolindo                     | Abrigo João S. Santarém | Av. Bias Fortes, 347.              | 3635-1624     | 9951-7902   |           | Mecânico             |
| Marcio                         | Abrigo Frei Pio         |                                    |               | 9983-4714   |           | CEMIG                |
|                                | Abrigo S. Franc. Assis  | Av. Bias Fortes, 280.              | 3662-1185     | Buritís.    |           | IEF                  |
|                                |                         |                                    | 3662-3549     | Buritís.    |           | Professora           |
|                                |                         | Av. Unaí, 200.                     |               | Buritís     |           |                      |
|                                |                         |                                    |               | Arinos.     |           |                      |
|                                |                         |                                    | 3675-8230     | Natalândia. |           |                      |

PREÂMBULO **CÓPIA AUTÊNTICA**



O "CONSELHO CENTRAL DE UNAÍ DA SSVP, com sede à Rua Eduardo Rodrigues Barbosa nº 180, centro, na cidade de Unaí - MG, inscrito no CNPJ sob nº 18.649.574/0001-50, e com Estatuto Social arquivado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas da Comarca de Unaí - MG, registrado sob nº de ordem 66, fls. 48, livro "A-2" em 02/08/1977, obedecendo decisão de seus membros, em Assembléia Geral realizada em 28/07/2005, promove a alteração de seus atos constitutivos, adequando-os ao novo Código Civil Brasileiro e ao Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil, passando doravante a vigorar o seguinte:

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, DURAÇÃO E FINS.**

**Art.1º.** O Conselho Central Unaí da Sociedade de São Vicente de Paulo, fundado em 21/03/1976, é uma associação civil de direito privado, beneficente, caritativa e de assistência social, sem fins econômicos, com prazo indeterminado de duração e sede na rua Eduardo Rodrigues Barbosa nº 180, no Município de Unaí, Estado de Minas Gerais, Foro na Comarca de Unaí, doravante denominado simplesmente "Conselho Central".

**Art.2º.** O Conselho Central, órgão executivo, vinculado estatutariamente ao Conselho Metropolitano de Brasília, exercerá, por si próprio e pelas unidades vicentinas que lhe estiverem afetas, as atividades beneficentes, caritativas, culturais, promocionais e de assistência social, na área territorial compreendida pelos municípios de Unaí - MG, Arinos - MG, Buritis - MG, Natalândia - MG, Urucuia - MG, Cabeceira Grande - MG e Uruana - MG, sendo constituído pelos seus Conselhos Particulares, Conferências Vicentinas, Obras Unidas e Especiais.

**§1º.** O Conselho Central, em sua área de atuação territorial, está a serviço das Conferências, Conselhos Particulares, das Obras Unidas e Especiais, no sentido de estimulá-las no exercício da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana.

**§2º.** Cabe ainda ao Conselho Central, representar, em sua área de atuação, as unidades vicentinas que lhe são vinculadas e que sejam desprovidas de personalidade jurídica.

**Art.3º.** O Conselho Central no desenvolvimento de suas atividades não fará distinção alguma quanto à raça, cor, sexo, condição social, credo, político ou religioso das pessoas assistidas e atenderá com observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

**Art.4º.** O Conselho Central terá um Regimento Interno elaborado pela sua Diretoria que disciplinará o seu funcionamento, critérios e normas, a serem observadas por si próprio e pelas unidades vicentinas vinculadas, inclusive aplicação do Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo e outros assuntos de seu peculiar interesse.



*Assinatura*

*Assinatura*

João Maria de Oliveira Alves

1 Romilda M. de Almeida Almeida

**CAPÍTULO CÓPIA AUTÊNTICA**  
**DA ORGANIZAÇÃO E DOS ASSOCIADOS**



**Art.5º.** O Conselho Central é organizado e constituído por um número limitado de associados, denominados vicentinos, confrades e consocias, que ingressaram voluntariamente na Sociedade de São Vicente de Paulo, através de uma de suas Conferências Vicentinas e que estejam na condição de:

- I. membros da diretoria do próprio Conselho, com direito a voto;
- II. presidentes dos Conselhos Particulares vinculados; e
- III. presidentes das Obras Unidas vinculadas.

**§1º.** O Conselho Central se regerá, pelo presente Estatuto Social, pela legislação Brasileira e subsidiariamente pelo Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil, registrado e arquivado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro;

**§2º.** A hierarquia em âmbito nacional da Sociedade de São Vicente de Paulo é estabelecida na seguinte ordem:

- a) Conselho Nacional do Brasil, órgão normativo cujo âmbito é Nacional;
- b) Conselho Metropolitano, órgão orientador e fiscalizador de âmbito Regional;
- c) Conselho Central, órgão executivo com âmbito em zonas delimitadas;
- d) Conselho Particular, órgão de unidade das conferências com âmbito e zonas delimitadas;
- e) Conferências, Grupos de Vicentinos organizados em área de diferentes setores comunitários;
- f) Obras Unidas, unidade vicentina, destinada a atender finalidades específicas complementares às atividades das Conferências.

**Art.6º.** São direitos dos associados:

- I. Participar nas Assembléias Gerais;
- II. Votar e ser votado para os cargos eletivos, atendendo os requisitos previstos neste Estatuto;
- III. Apresentar sugestões para a diretoria, por escrito, para o aperfeiçoamento operacional do Conselho Central e apontar qualquer ação ou omissão que venha ferir as normas estatutárias;

IV. A qualquer tempo, por requerimento, se desligar a título de afastamento.

**§1º.** O exercício dos direitos constantes do "Caput" deste artigo e o cumprimento dos deveres pelos associados, serão regidos por este Estatuto e pelo Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil;

**§2º.** Os associados não adquirem direito algum sobre os bens e direitos da Sociedade de São Vicente de Paulo, a título algum ou sob qualquer pretexto;

**Art.7º.** São deveres dos associados:

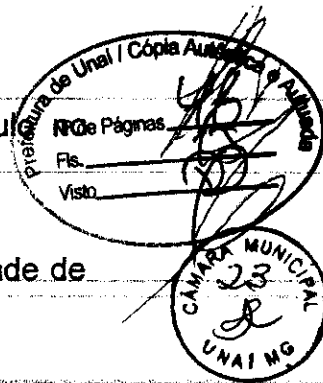


*Joese Maria de Oliveira Alves*  
Unai - MG - 74931 - CPF 578.735.776-07



*2 Romilda M. de Almeida Almeida*

**CÓPIA AUTÊNTICA**



- I. Cumprir o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo Brasil, e as disposições estatutárias e as regimentais;
- II. Acatar as decisões da Diretoria e as Resoluções das Assembléias;
- III. Zelar pelo decoro e bom nome do Conselho Central e da Sociedade de São Vicente de Paulo;
- IV. Zelar pelo bom funcionamento do Conselho Central;
- V. Prestar, como voluntário, colaboração vicentina no Conselho central, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhe forem atribuídos, sem direito a salários, indenizações, compensações ou remunerações de qualquer espécie ou natureza.

**Art.8º.** Deixará de ser associado:

- I. Todo aquele que assim o desejar expressamente;
- II. Aquele que, comprovadamente, em função de sua conduta tornar-se motivo de escândalo ou atentar contra os princípios estabelecidos no Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo;
- III. Quem transgredir o estabelecido no art. 7º e seus incisos;
- IV. Buscar fora da Sociedade de São Vicente de Paulo, a solução de litígio ou de disputa vicentina, sem antes recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil;

**Art.9º.** A exclusão do associado se dará por meio de procedimento administrativo, por decisão da diretoria, referendado em Assembléia Geral.

**Parágrafo único:** Objetivando facultar-lhe ampla defesa o associado poderá sucessivamente, e na ordem indicada, no prazo de 15 (quinze) dias:

- I. solicitar uma nova Assembléia Geral para apreciar seu recurso de reconsideração, por escrito e fundamentada.
- II. e, caso mantida a decisão, recorrer ao Conselho Metropolitano a que o Conselho Central esteja vinculado;
- III. sendo mantida ainda a decisão, recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil, em 15 (quinze) dias.

**Art.10.** Excluído do Conselho Central, por qualquer que seja o motivo, ou dela retirando-se, o associado não terá direito a qualquer indenização, compensação ou remuneração pelos serviços prestados a entidade nesta condição de associado.

**Art.11.** Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelos encargos e obrigações do Conselho central.

**Parágrafo único.** Os associados e diretores respondem solidariamente perante a SSVP e os terceiros prejudicados, por ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência, que importarem violação de direito legalmente estabelecido ou disposição prevista neste Estatuto e causarem prejuízo ao próprio Conselho Central ou a terceiros, hipóteses em que os responsáveis ficarão obrigados a reparar os danos com as implicações civis e criminais de seus atos.



### **CAPÍTULO III**

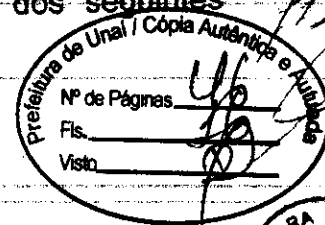
### **DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

João Maria de Oliveira Alves  
CPF 578.735.776-00  
UNAI - MG - 7488

3 Romilda M. de Andrade Almeida

**Art.12.** O Conselho Central será composto e constituído dos seguintes órgãos:

- I. Assembléia Geral, órgão deliberativo;
- II. Diretoria, órgão administrativo;
- III. Conselho Fiscal, órgão fiscalizador.



**Art.13.** A Assembléia Geral, constituída dos associados que compõem, a diretoria do Conselho Central, dos presidentes dos Conselhos Particulares e dos presidentes das Obras Unidas vinculados, e a ela compete:

- I. Eleger o presidente e o Conselho Fiscal;
- II. Aprovar a reforma do Estatuto, submetendo a decisão à manifestação oficial do Conselho Metropolitano;
- III. Decidir sobre a sua extinção, quando impossível à continuidade das suas atividades;
- IV. Destituir o Presidente, ou membros da diretoria;
- V. Destituir o Conselho Fiscal ou qualquer um de seus membros;
- VI. Decidir, em grau de recurso, a exclusão de associado;
- VII. Apreciar o relatório da Diretoria e deliberar sobre o Relatório Anual de Atividades, o balanço anual, as contas e demais demonstrações financeiras e documentos, após parecer do Conselho Fiscal.

**Art.14.** A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano, durante o primeiro trimestre, para:

- I. Apreciar o Relatório Anual da Diretoria;
- II. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

**Art. 15.** A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente quando convocada:

- I. Pela Diretoria;
- II. Pelo Conselho Fiscal;
- III. Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados;
- IV. Pelo Conselho hierarquicamente superior.

**Art.16.** A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede do Conselho Central, com pauta dos assuntos a serem tratados e por circulares e ou outros meios convenientes, a todos os associados que a compõem.

- I. De regra geral, com antecedência de 8 (oito) dias;
- II. Com antecedência de 90 (Noventa) dias, no caso de convocação de eleição;

**§1º.** A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Diretoria e, em sua ausência ou impedimento pelo seu substituto legal e, na falta deste, por associado designado pelos membros integrantes dessa reunião.



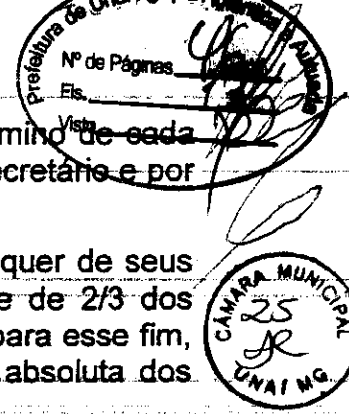
Joese Maria de Oliveira Alves  
OAB-MG - 74.931 - CPF 578.735.776-0

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

4 Romilda M. de Andrade Almeida





§2º. As atas das Assembléias Gerais serão aprovadas, ao término de cada reunião, e assinadas pelo Presidente e ou seu substituto legal, pelo secretário e por todos os associados presentes.

§3º. A destituição da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou qualquer de seus membros, bem como reforma estatutária, é exigido o voto concorde de 2/3 dos associados, presentes à Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

**Art.17.** O Conselho Central é coordenado por uma diretoria constituída por 1 (um) presidente, e no mínimo, por 1 (um) vice-presidente, 1 (um) secretário, 1 (um) tesoureiro; 1 (um) coordenador da Comissão de Jovens, 1 (um) coordenador da Escola de Capacitação Antonio Frederico Ozanam (ECAFO), 1 (um) coordenador das Conferências de Crianças e Adolescentes.

§1º. O presidente eleito nomeará, os demais membros de sua diretoria estes denominados membros vogais, sendo que o número dos designados com direito a voto deverão ser sempre inferior ao número de presidentes das unidades vinculadas.

§2º. O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal, será de 4 (quatro) anos, sendo vedada, apenas, a reeleição do presidente e vice-presidentes.

§3º. Importará em abandono do cargo a falta injustificada de diretores a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, do Conselho Central durante o período de um ano.

§4º. O diretor que for afastado por ausência prolongada, não poderá ser eleito nem designado para a diretoria subsequente.

§5º. O presidente do Conselho Central, e os demais diretores, não estão dispensados de suas obrigações junto às respectivas Conferências.

§6º. Os membros vogais da diretoria são substituíveis em qualquer tempo, a critério do Presidente; seus respectivos mandatos terminam com o do Presidente que os nomeou.

**Art.18.** O Conselho Central, observando o contido no Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil, pelo voto da maioria absoluta dos membros da diretoria, podem intervir nas unidades vicentinas que lhe estão diretamente vinculadas e subordinadas, para afastar ou destituir quaisquer de seus membros, quando:

I. Seu procedimento for motivo de escândalo;

II. Sua atuação contrariar o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil, inclusive no que tange ao recolhimento da contribuição financeira regulamentar e cumprimento das obrigações fiscais.

**Art.19.** Compete à Diretoria entre seus direitos e deveres:

I. Elaborar o programa anual de atividades e executá-lo, de forma a cumprir com seus objetivos estatutários;

II. Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o Relatório Anual de Atividades e Balanço Patrimonial, e remetê-lo ao Conselho Metropolitano até o dia 31 (trinta e um) do mês de maio de cada ano;

Joese Maria de Oliveira Alves  
OAB-MG - 74.931 - CPF 578.735.776-00



5 Remetida m.º de Andrade Almeida

## CÓPIA AUTÊNTICA

III. Organizar retiros espirituais, festas regulamentares, horas santas, cursos de formação, encontros vicentinos para reafirmar a fraternidade entre seus membros;

IV. Buscar os recursos necessários para sua subsistência junto à comunidade e instituições;

V. Relacionar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

VI. Contratar empresa ou profissional de contabilidade, com habilitação legal junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC), para a assessoria, cumprimento das obrigações legais e execução dos serviços contábeis, departamento pessoal e todos os demais correlatos, elaborados em livros revestidos de formalidades legais;

VII. Apresentar ao Conselho Fiscal toda a documentação relativa ao ano civil anterior até 15 (quinze) de fevereiro de cada ano, a saber: o Balanço Geral, juntamente com o Relatório das Atividades, acompanhados dos extratos bancários das contas de movimento e aplicações financeiras do último mês a que se referir o Balanço, e também o Relatório do Inventário dos bens patrimoniais;

VIII. Exigir da Empresa ou do profissional de contabilidade referido no inciso VII, balancetes mensais, semestrais e o Balanço Geral no final de cada exercício civil, devendo este ser publicado até 31 de março;

IX. Determinar a execução de construções e reformas, que não comprometam a posição socioeconômica;

X. Apresentar e decidir matéria relacionada a sua administração, observando-se o regimento interno, presente Estatuto e o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo;

XI. Solicitar ao Conselho Metropolitano, autorização para aquisição, alienação ou constituição de ônus sobre seus imóveis, instruindo o pedido com a cópia da ata da reunião da Diretoria e 3 (três) avaliações prévias de imobiliárias existentes no município, como também opinar e encaminhar os pedidos das unidades vicentinas vinculadas;

XII. Zelar pelo patrimônio móvel e imóvel da unidade, e tomar providência quando souber que o patrimônio de alguma unidade vicentina que lhe esteja vinculada não está sendo bem administrado;

XIII. Colaborar na orientação, coordenação e planejamento dos trabalhos próprios da SSVP, objetivando melhorar o atendimento prestado aos assistidos, desde o momento do cadastramento.

XIV. Cumprir e fazer cumprir o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo, o presente Estatuto e o Regimento Interno em sua área de atuação;

XV. Elaborar e ou alterar o Regimento Interno, encaminhando-o ao Conselho Metropolitano para homologação.

**Art.20.** A Diretoria do Conselho Central reunir-se-á ordinariamente, ao menos uma vez por mês, em dia e hora designados pelo presidente e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, com designação da matéria a ser tratada.

**Art.21.** A Diretoria do Conselho Central e seu Conselho Fiscal reconhecem e acatam o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo, bem como as deliberações e determinações dos Conselhos Metropolitano e Nacional do Brasil.



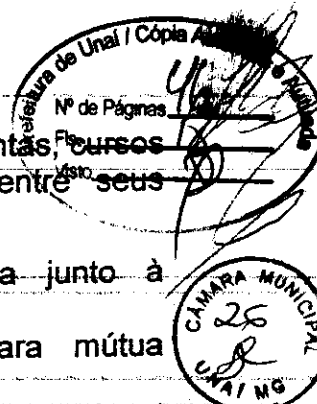
Inete Marta de Oliveira

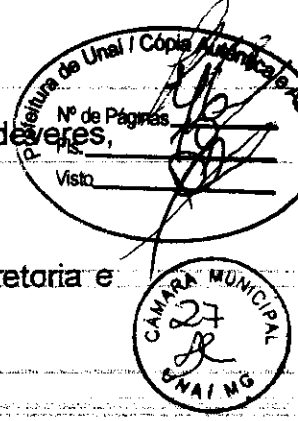
CPE 478 725 776-00

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Remissa M<sup>ra</sup> de Andrade Almeida





**Art.22.** Ao presidente do Conselho Central, dentre outros direitos e deveres, compete:

- I. Representá-lo judicial e extrajudicialmente;
- II. Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e da Assembléia Geral;
- III. Dirigir e orientar as atividades do Conselho Central;
- IV. Assinar cheques, sempre em conjunto com o tesoureiro;
- V. Admitir e demitir funcionários; respeitando a Legislação Trabalhista e as Convenções de cada categoria empregada;
- VI. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno e a regra da Sociedade São Vicente de Paulo no Brasil;
- VII. Solucionar os casos omissos que lhe forem submetidos a exame ou que chegarem a seu conhecimento;
- VIII. Manter todos os funcionários registrados, quites com as obrigações trabalhistas e obedecer rigorosamente o piso salarial e as convenções de cada categoria;
- IX. Participar das reuniões convocadas pelo Conselho Metropolitano, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas.

**Art.23.** O presidente do Conselho Central, visitará, regularmente, ao menos uma vez por ano, as unidades vicentinas que lhe são diretamente vinculadas, fazendo-o pessoalmente ou por intermédio de representante, providenciando minucioso relatório com o objetivo de ser mantida a união e espiritualidade vicentina. Cópia do relatório será encaminhada ao Conselho Metropolitano.

**Art.24.** São atribuições do vice-presidente:

- I. Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos temporários;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até a complementação do mandato;
- III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao presidente.

**Parágrafo único:** Havendo mais de um vice-presidente, são suas atribuições, observada a respectiva ordem de precedência, cooperar com o presidente, dirigir comissões específicas e substituir o presidente e o primeiro vice-presidente, nas faltas e impedimentos.

**Art.25.** São atribuições do primeiro secretário:

- I. Secretariar reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais, redigindo as respectivas atas;
- II. Ler a ata da reunião anterior fazendo as observações necessárias e publicar todas as notícias das atividades do Conselho Central;
- III. Verificar a atualização do cadastro das unidades vicentinas vinculadas;
- IV. Atender a correspondência, dando ciência das recebidas e enviadas e conservar em ordem todo o expediente da Secretaria;
- V. Elaborar os relatórios das atividades anuais em conjunto com os demais membros da Diretoria;

João Maria de Oliveira Alves

UNAÍ - MG - 74.931 - CPF 578.735.774-00



Remetida m.º de André de Almeida





- VI. Organizar e controlar os serviços de arquivo e fichário da Secretaria, inclusive o arquivo patrimonial;
- VII. Executar outros serviços solicitados pelo presidente;
- VIII. Assumir o mandato do presidente em caso de vacância e na falta do vice-presidente;
- IX. Preparar e manter em dia os fichários dos contribuintes.

**Art.26. São atribuições do segundo secretário:**

- I. Substituir o primeiro secretário em suas faltas ou impedimentos, e prestar, de um modo geral, a sua colaboração na organização da secretaria;
- II. Em caso de vacância, assumir o cargo de secretário, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja escolhido um novo.

**Art.27. São atribuições do primeiro tesoureiro:**

- I. Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas de qualquer tipo, auxílios e donativos em dinheiro ou em espécie, mantendo em dia a escrituração toda comprovada;
- II. Pagar as contas com o visto do presidente;
- III. Assinar cheques, sempre em conjunto com o presidente;
- IV. Apresentar em todas as reuniões da Diretoria o balancete contábil do mês anterior, levantado pela empresa ou profissional de contabilidade habilitados, ou sempre que for solicitado pelo Conselho Metropolitano.
- V. Apresentar o relatório financeiro encaminhando-o ao Conselho Metropolitano;
- VI. Providenciar, em tempo hábil, recebimentos de juros, dividendos e outros rendimentos;
- VII. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade exclusiva, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;
- VIII. Apresentar trimestralmente, ou sempre que solicitado, ao Conselho Fiscal o balancete devidamente assinado por contabilista ou empresa, registrados no Conselho Regional de Contabilidade, juntamente com os livros contábeis e auxiliares, e documentação correlata;

**IX. Providenciar no término do mandato da Diretoria Certidões Negativas de Débitos, com até 30 dias antes do término do mandato, quanto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); certidões de imunidade ou isenção de tributos geridos pela Receita Federal, Estadual e/ou Municipal, e que sejam aplicáveis à entidade; bem como alvará de licença de funcionamento da Secretaria da Saúde e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) atualizado;**

**X. Depositar em estabelecimento bancário, em nome do Conselho Central, todas as importâncias recebidas;**

**XI. Enviar mensalmente ao Conselho Metropolitano 10 % (dez por cento) de sua receita bruta, excluída as subvenções oficiais, observando a regra da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil;**

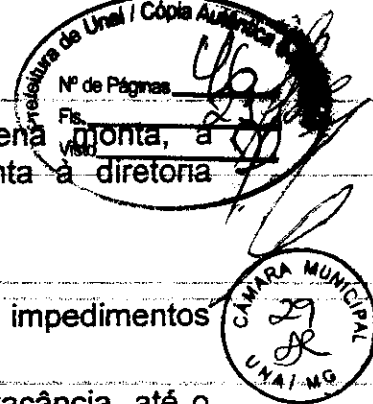


*Joete Maria de Oliveira Alves*  
CPF 578.735.776-07

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*8 Remetida M<sup>re</sup> de Andreia Almeida*



XII. Manter, se necessário, para as despesas de pequena monta, a importância de 2 (dois) salários mínimos, da qual prestará conta à diretoria mensalmente.

**Art.28. São atribuições do segundo tesoureiro:**

I. Substituir o primeiro tesoureiro em suas faltas ou impedimentos temporários;

II. Assumir o mandato do primeiro tesoureiro em caso de vacância, até o seu término;

III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro tesoureiro.

**Art.29.** Compete ao coordenador da Comissão de Jovens, entre outras atribuições, incrementar a participação de jovens no movimento vicentino.

**Art.30.** Compete ao coordenador da Escola de Capacitação Antonio Frederico Ozanam (ECAFO), entre outras atribuições, desenvolver programas que versarão sobre formação cristã, vocação vicentina, problemas de ação e justiça social.

**Art.31.** Compete ao coordenador das Conferências de Crianças e Adolescentes (CCA), entre outras atribuições, cuidar da formação espiritual e vicentina, e organizar as atividades destas conferências, de acordo com a faixa etária.

## CAPÍTULO IV DA ELEIÇÃO

**Art.32.** O Presidente do Conselho Central e os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em escrutínio secreto, pela maioria simples dos associados integrantes da Assembléia Geral, conforme previsto no art. 13, observando-se.

I. Para o processo eleitoral no Conselho Central, inscrição mínima de 2 (dois) candidatos a presidente;

II. Os nomes dos candidatos deverão ser apresentados ao Conselho hierarquicamente superior, para apreciação prévia;

III. Os candidatos a cargo de presidente deverão ser confrades ou consócias com atividade vicentina ativa e ininterrupta em uma das Conferências vinculadas, no mínimo de 4 (quatro) anos, e não ter atingidos os 70 (setenta) anos de idade;

IV. O voto é pessoal e unitário, ainda que o eleitor exerça mais de uma função diretiva na SSVP;

V. Cada eleitor terá direito de votar no candidato de sua preferência, sendo admitido o voto por correspondência, desde que não possa ser identificado e chegue às mãos da comissão de apuração antes do encerramento da votação;

VI. Os candidatos a cargos a Presidência e ao Conselho Fiscal, devem fazer o registro da candidatura na secretaria do Conselho Central, apresentando currículo vitae individual de cada componente e da função a qual concorre, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do vencimento do mandato.

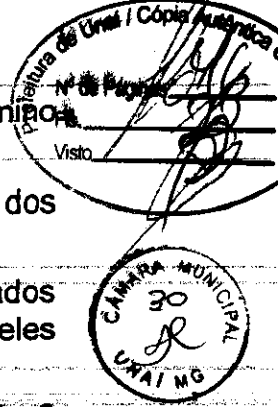
VII. A convocação eleitoral será feita por edital, afixado na sede da unidade, e por circulares aos Conselhos e Conferências, e por outros meios idôneos, com antecedência mínima de (60) dias da data da eleição;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*9 Remita m. de Andrade Almeida*



VIII. A eleição deverá ocorrer no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término do mandato e sua realização e apuração deverão ocorrer no mesmo dia;

IX. A eleição e apuração deverão constar de ata, assim como os nomes dos votantes;

X. No período de 30 (trinta) dias que antecede as eleições, os associados são convidados a intensificar a oração própria ao Divino Espírito Santo por aqueles que tenham direito a voto e pelos que concorrem ao cargo;

XI. A apuração ficará a cargo de comissão composta, pelo menos, de 3 (três) associados que não hajam participado do processo eleitoral;

XII. A eleição está sujeita à homologação pelo Conselho Metropolitano no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da comunicação. Não havendo manifestação nesse prazo, ter-se-á como tácita a homologação;

XIII. O Conselho Metropolitano a que está vinculado pode recusar, fundamentadamente, a homologação da eleição, determinando a realização de outra, no prazo de 60 (sessenta) dias;

XIV. Após comunicação por escrito do ato que anulou a eleição, haverá necessidade de novas inscrições de candidatos, com antecedência de 30 (trinta) dias da nova eleição;

XV. A posse da diretoria eleita poderá ser feita em solenidade própria, mas somente entrará em exercício no primeiro dia imediatamente posterior ao término do mandato e será outorgado por representante do Conselho Metropolitano a que estiver vinculado;

XVI. Em caso de empate, será eleito presidente quem tiver mais tempo na SSVP como associado; persistindo o empate, será declarado vencedor o mais idoso;

XVII. Os empregados, embora possam ser vicentinos proclamados, não podem ser eleitos nem nomeados para cargo da diretoria, com a qual mantêm vínculo de emprego.

**Art.33.** O presidente e respectiva diretoria firmarão, antes da posse, junto ao Conselho a que estiverem diretamente vinculados, o "Termo de Compromisso" que prevê o respeito, cumprimento e a obrigação de se fazer cumprir o Regulamento da SSVP e o seu estatuto, especialmente no tocante ao resguardo dos seus bens, ao atendimento zeloso da parte administrativa e ao recolhimento obrigatório da contribuição financeira regulamentar.

**Parágrafo único:** O cargo de presidente deve ser considerado uma responsabilidade, e não honraria.

**Art.34.** O presidente deverá ser afastado pelo Conselho hierarquicamente superior, quando houver ausência prolongada, sem justificativa, superior a 90 (noventa) dias.

**Parágrafo único:** O diretor que for afastado por ausência prolongada, não poderá ser eleito nem designado para a diretoria subsequente.



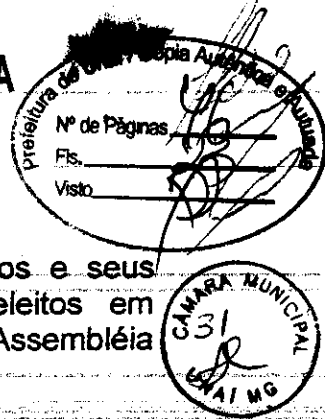
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*Romilda M. de Andrade Almeida*

**CAPÍTULO V**  
**DO CONSELHO FISCAL**

**CÓPIA AUTÊNTICA**



**Art.35.** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e seus respectivos suplentes com capacitação e conhecimento técnico, eleitos em escrutínio secreto, pela maioria simples dos associados integrantes da Assembléia Geral, conforme previsto no art. 6º e art. 13, inciso I.

**§1º.** O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

**§2º.** Em caso de vacância, o respectivo suplente assumirá o cargo até o término do mandato.

**Art.36.** Compete ao Conselho Fiscal:

I. Examinar a qualquer tempo os livros de escrituração e exigir a apresentação dos documentos que julgar necessário e que diga respeito a sua função;

II. Analisar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito e apreciar os balanços gerais e relatórios, opinando sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e operações patrimoniais realizadas, remetendo seus pareceres para o Conselho Central;

III. Apresentar relatórios e sugestões sobre assuntos pertinentes, sempre que solicitados.

**§1º.** O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses para examinar os balancetes, balanços e relatórios, tendo prazo de até 15 (quinze) dias para se manifestar.

**§2º.** O Conselho Fiscal reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do presidente do Conselho Central ou por 2/3 dos membros da Diretoria do Conselho Central.

**§3º.** As faltas injustificadas de qualquer membro do Conselho Fiscal, a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas durante o período de um ano, serão consideradas como abandono de cargo.

**CAPÍTULO VI**  
**DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS**

**Art.37.** O Patrimônio Social do Conselho Central será constituído por todos os bens móveis, semoventes e imóveis de sua propriedade e por todos aqueles que vier adquirir, assim como por todos os legítimos direitos que possua ou venha possuir.

**Art.38.** São fontes de recursos para manutenção do Conselho Central:

I. Donativos, contribuições, auxílios, subvenções, convênios e doações patrimoniais, legados, as contribuições regulamentares (décimas) dos Conselhos Particulares vinculados e a contribuição das Obras Unidas (ducentésimo e meio);

II. Rendas de bens patrimoniais;



Jose Maria de Oliveira  
OAB-MG - 74.931 - CPF 578.735.776-00

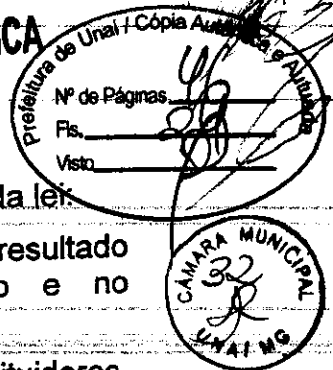
*Assinatura*



*Romilda M. de Andrade Almeida*

- III. Promoções e eventos;
- IV. Rendimentos de aplicações financeiras;
- V. Outras receitas eventuais.

**CÓPIA AUTÊNTICA**



**Art.39.** O Conselho Central declara e se compromete, sob as penas da lei:

I. Aplicar suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

II. Não perceberem seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

III. Destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidade congênere, preferencialmente vinculada à Sociedade de São Vicente de Paulo, dotada de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no Estado, preferencialmente no município de origem, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, inexistindo, a uma entidade pública;

IV. Prestar serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela e nos limites de suas possibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros;

V. Aplicar os recursos advindos dos poderes públicos em conformidade ao estabelecido nos convênios e legislação aplicável.

VI. O Conselho Central de Unaí não distribuiu resultados, dividendos bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, conforme código tributário nacional artigo 14.

**Parágrafo único.** A dissolução ou extinção do Conselho Central somente se efetivará se tornar impossível a continuidade de suas atividades, se decidida pela Diretoria, e com aprovação da Assembléia Geral especialmente convocada e anuência do Conselho Metropolitano, após a respectiva liquidação nos termos do art. 51 do Código Civil Brasileiro, com o remanescente patrimonial destinado conforme previsto no item V do art. 33 deste Estatuto.

**Art.40.** Todos os bens patrimoniais do Conselho Central estão exclusivamente a serviço de seus objetivos sociais e a Diretoria responde e se obriga pela sua guarda, conservação, administração e pela correta aplicação de seus recursos.

**Art.41.** Não se reconhece à validade de toda e qualquer alienação, aquisição a que título for, permuta, comodato ou constituição de quaisquer ônus sobre imóveis do Conselho Central realizada sem a prévia e expressa autorização do Conselho Metropolitano, conforme determina o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil.

**Parágrafo único:** O não atendimento ao disposto neste artigo implica em violação ao art. 1.268, § 2º do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo das sanções penais previstas no Código Penal Brasileiro.



João Maria de Oliveira  
OAB-MG - 74231 - CPF 578.735.776-04

*[Handwritten signature]*

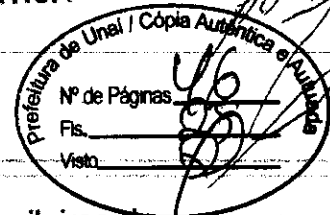
*[Handwritten signature]*

*Remilda M. de Andrade Almeida*



**CAPÍTULO VII**  
**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**CÓPIA AUTÊNTICA**



**Art.42.** A prestação de contas observará no mínimo:

I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras do Conselho Central, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, em se tratando da aplicação de eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em Regulamento;

IV. A prestação de contas de todos os recursos, bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre.

**Art.43.** Para efeito de encerramento de balanço observar-se-á o ano civil e a escrituração de todos os atos e fatos contábeis deverá ser feita em livros revestidos de formalidades legais, devendo os balanços ser publicados nos prazos previstos em lei.

**Parágrafo único.** Quando o término do mandato da Diretoria do Conselho Central não coincidir com o do ano civil, deverá ser providenciado balanço extraordinário que contará com parecer do Conselho Fiscal.

**CAPÍTULO VIII**

**DO VOLUNTARIADO**

**Art.44.** O Conselho central poderá organizar o trabalho voluntário ao atendimento de suas finalidades institucionais.

**§1º.** O trabalho voluntário poderá ser disciplinado em regimento interno, devendo os voluntários firmar "contrato de voluntário" e ou "termo de voluntário", na forma da lei.

**§2º.** Os voluntários serão inscritos em livro e ou listas competentes.

**CAPÍTULO IX**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art.45.** O Conselho Central está sujeito à contribuição regulamentar da décima (10 %) ao Conselho Metropolitano, nos termos do Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo, calculada sobre a receita bruta mensal, exceto



João Maria de Oliveira Alves  
OAB-MG - 74931 - CPF 578.735.776-00

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*Remissão M. de Andrade Almeida*

aquelas resultantes de subvenções ou convênios celebrados ou firmados com os Poderes Públicos.

**Art.46.** O Conselho Central poderá firmar convênios com entidades assistenciais, públicas ou privadas, tudo no interesse de sua manutenção e desenvolvimento.

**Art.47.** Desde que não contrarie a finalidade principal do Conselho Central e o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo, o Estatuto Social poderá ser reformado total ou parcialmente, em qualquer época ou momento por sugestão do Conselho Metropolitano a que estiver vinculado e por decisão da Assembléia Geral, especialmente convocada para tal finalidade com voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, não podendo esta Assembléia Geral deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

**Art.48.** O Conselho Nacional do Brasil da Sociedade de São Vicente de Paulo, como órgão normativo da atividade vicentina em todo território brasileiro, pode, intervir nas unidades vicentinas, a qualquer tempo, destituindo o seu presidente, ou qualquer outro de seus membros, quando for provado, ser seu procedimento motivo de escândalo ou afetar a vida vicentina do lugar, ou sua atuação estiver em desacordo com o regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil.

**Art.49.** Os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno, quando não contrariem o Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo ou dispositivo legalmente estabelecido, serão resolvidos pela Diretoria e referendados, se necessário, pela Assembléia Geral e Conselho Metropolitano de sua circunscrição.

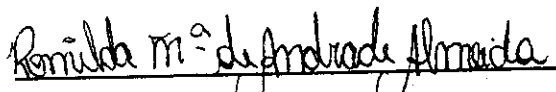
**Art.50.** O presente Estatuto revoga os anteriores ou quaisquer outras disposições contrárias e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Unai-MG, 07 de novembro de 2009.



José Luiz Sobrinho Rocha

Presidente.



Romilda Mª de Andrade Almeida

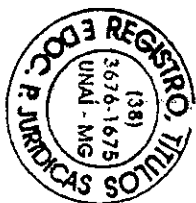
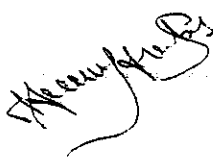
Secretária

Conselho Metropolitano de Brasília: 

Visto do Advogado: 

Joete Maria de Oliveira Alves

OAB-MG - 74.931 - CPF 578.735.776-00

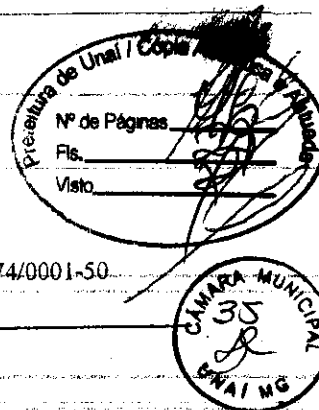

Romilda Mª de Andrade Almeida



CÓPIA AUTÊNTICA

## Conselho Central de Unai

Fundado em 20/03/1976 - Instituído em 21/03/78 - CNPJ: 18.649.574/0001-50

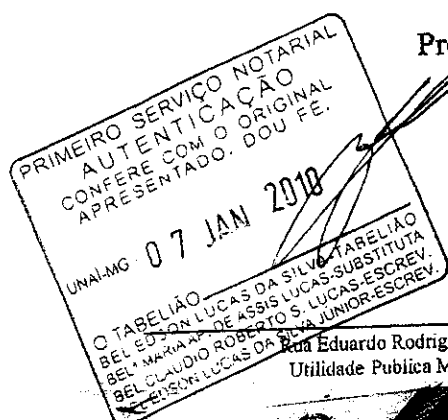


Ata da reunião extraordinária de nº 23º do Conselho Central de Unai da Sociedade São Vicente de Paulo fundado em 20 de março de 1976 e instituído em 21 de março de 1978, vinculado ao Conselho Metropolitano de Brasília. "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo". Aos 07 dias do mês de novembro de 2009, às 12:00hs houve a primeira chamada a qual não houve quantidade suficiente de coro. A 2ª segunda chamada iniciou-se às 12:30hs e constatou o numero de coro suficiente; esta reunião foi presidida pelo confrade presidente José Luiz Sobrinho Rocha e constou com a presença dos seguintes confrades e consocias; José Luiz Sobrinho Rocha (presidente do Conselho Central de Unai). Amarildo José Xavier (membro vogal); Marinho Ferreira Neto (presidente do C.P Nossa Senhora da Piedade). Erneia Aparecida Leite Baldez (vice - Presidente do C.P, São Sebastião); Adelson Martins de Sousa (presidente do C.P. São Mateus); Beatriz Santana Soares (presidente do C.P. Nossa Senhora da Conceição); Gilmar de Paiva Mendes (presidente do C.P. Nossa Senhora da Pena); Rogério Pereira Gonçalves (presidente do C.P. São Geraldo Magela). Esta reunião ocorreu para alteração do Estatuto Social do Conselho Central de Unai, no artigo 39 o qual foi vetado pela Sedese a qual disse não ter entendido um dos (intens) itens. Ficou aprovado pr unanimidade que em vez de mudar todo o artigo fosse acrescentado o item VI que é (O Conselho Central de Unai não distribuiu resultados, dividendos bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto), conforme código tributário nacional artigo 14. E para constar eu Romilda Maria de Andrade Almeida, lavrei a presente ata que será lida e se aprovada será assinada. Unai 07 de Novembro de 2009, a) José Luiz Sobrinho Rocha, a) Amarildo José Xavier, a) Marinho Ferreira Neto, a) Erneia Aparecida Leite Baldez, a) Adelson Martins de Sousa, a) Beatriz Santana Soares, a) Gilmar de Paiva Mendes, a) Rogério Pereira Gonçalves. Era o que continha no livro de ata do Conselho Central de Unai da SSVP às folhas 14 e verso que bem e fielmente transcrevei. Unai MG: 07 de novembro de 2009.

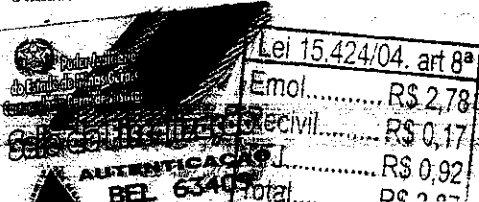
Confrade

José Luiz Sobrinho Rocha

Presidente do Conselho Central de Unai da SSVP.

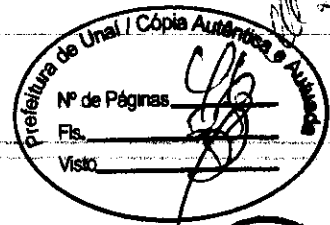


Rua Eduardo Rodrigues Barbosa, 180 - Centro - Unai - Minas Gerais CEP: 38.610-000 - Tel/Fax: (38) 3676-5674  
Utilidade Publica Municipal Lei: n.º 1.029 de 02/05/84 Utilidade Publica Estadual Lei nº 18295 de 22/07/2009.



|                       |          |
|-----------------------|----------|
| Lei 15.424/04, art 8º |          |
| Emol.....             | R\$ 2,78 |
| Emol. Civil.....      | R\$ 0,17 |
| Emol. Total.....      | R\$ 0,92 |

**CÓPIA AUTÊNTICA**



**PROCESSOS NºS.: 05334-001/2010**

**REQUERENTE: CONSELHO CENTRAL DE UNAI DA SSV**



**À  
DIPAI,**

**Para juntada da documentação pertinente (escritura, croqui com eventuais  
construções existentes etc.) e parecer.**

**Unaí, 27 de abril de 2010.**

  
**José Maria Nunes**  
**Secretário de Governo**

República Federativa do Brasil - Estado de Minas Gerais

— COMARCA DE UNAÍ —

## CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

SERVENTUÁRIOS:

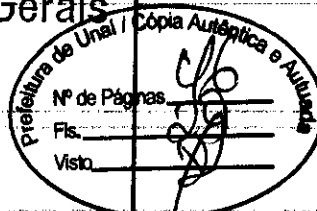
Epaminondas de Araújo Lacerda

Luiz Gaia Alves

## CERTIDÃO

LUÍS GAIÁ ALVES, Escrevente Juramentado do Cartório do 2º Ofício do Judicial e Notas desta Comarca de Unaí, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc...

CERTIFICA, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em Cartório o Lº 1-Z de Escrituras, dele às fls. 199/200, consta o seguinte:—ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO que Ivan de Assis Pinheiro e sua mulher, fazem à Prefeitura Municipal de Unaí, na forma abaixo: Saibam quantos esta pública escritura virem que aos vinte e seis (26) do mes de abril de mil novecentos e sessenta e seis (1.966), nesta cidade e Comarca de Unaí, Estado de Minas Gerais, em Cartório, e por me haver sido esta distribuída, perante mim escrivão substituto do 2º Ofício e as duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, compareceram como outorgantes doadores Ivan de Assis Pinheiro, fazendeiro e sua mulher dona Diomar de Faria Pinheiro, de prendas domésticas, brasileiras, casados, residentes e domiciliados no distrito desta cidade, neste município; e de outra parte como outorgada donatária a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo seu atual prefeito o sr. Virgílio Justiniano Ribeiro, brasileiro, casado, proprietário, residente e domiciliado nesta cidade, pessoas conhecidas de mim escrivão substituto e das testemunhas referidas, do que dou fé. E perante esta pelas outorgantes doadores, me foi dito que sendo senhores e legítimos possuidores de uma parte de terras situada na fazenda "Tamboril" deste distrito e município, destacam e separam uma área medindo cinquenta metros de frente e sessenta metros de fundos, perfazendo uma área total de três mil metros quadrados, confrontando por todos os lados com os outorgantes doadores e havido pelos mesmos por compra a José Braz de Faria e sua mulher e outros, conforme documento devidamente registrado no Livro 3-F, pag. 43 sob o nº 4.946 do Registro de Imóveis desta Comarca; que possuindo o imóvel acima descrito e caracterizado, livre e desembaraçado de quaisquer dívidas e ônus real, inclusive hipotecas mesmo legais, por esta escritura e na melhor forma de direito, sem induzimento ou coação de espécie alguma do-a-o, como de fato e na verdade tem a outorgada donatária Prefeitura Municipal de Unaí, transmitindo toda posse, domínio, direito e ação, para que a mesma use e goze e disponha livremente, como seu que fica sendo por bem desta escritura e da cláusula constituti. Em seguida, perante as mesmas testemunhas, pela outorgada donatária, através de seu Prefeito, me foi dito que, agradecendo a liberalidade da presente doação e aceita a presente escritura em todos os seus expressos termos. Em seguida foram me apresentados os seguintes impostos e certidões pagos:—R.J. Ribeiro, Prefeitura Municipal de Unaí. Exercício de 1.963-Nº 500 L.L. 22-Imposto de Transmissão





2º

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFÍCIO DE NOTAS DE UNAI

Estado de Minas Gerais

Comarca de Unai

Rodrigo Giurizatto Martins

Tabelião

Livro Nº. 0231

Fls. Nº. 191

Av. José Luiz Adjuto, nº 240 - Centro - Telefax: (38) 3676-1380 - CEP: 38.610-000 - Unai - MG

CNPJ 20 206 140/0001-28

E-mail: segundo.oficio@unai.com.br

Prot.: 0261/09

## ESCRITURA PÚBLICA DE ADITAMENTO

SAIBAM quantos o presente aditamento virei

aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e nove (24/07/2009), nesta cidade e Comarca de Unai, Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º Ofício de Notas, situado na Avenida José Luiz Adjuto, nº 240, Centro, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado, como primeiros outorgantes e reciprocamente outorgados, IVAN DE ASSIS PINHEIRO, Cédula de Identidade M-7.945.874 - SSP/MG, CPF-066.737.756-53, fazendeiro, e sua mulher, DIOMAR DE FARIA PINHEIRO, Cédula de Identidade M-7.946.041 - SSP/MG, CPF-705.340.556-72, do lar; brasileiros, casados antes da vigência da Lei 6.515/77, sob o regime da comunhão universal de bens, residentes e domiciliados na Rua das Açucenas, nº 275, nesta cidade; e, de outro lado, como segunda outorgada e reciprocamente outorgante, MUNICÍPIO DE UNAI, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça JK, s/nº, Centro, Unai, MG, inscrita no CNPJ/MF sob o número 18.125.161/0001-77, neste ato representada pelo atual prefeito, ANTÉRIO MANICA, Cédula de Identidade 1.110.541- SSP/PR, CPF-335.499.749-49, brasileiro, agricultor, casado, residente e domiciliado na Rua Cachoeira, nº 27, apto. 1.002, Centro, nesta cidade. Partes que se identificaram serem as próprias de que trato, conforme documentação apresentada, assim reconhecidas por mim, do que dou fé. E, então, pelos primeiros nomeados, IVAN DE ASSIS PINHEIRO e sua mulher, DIOMAR DE FARIA PINHEIRO, me foi dito que, aos 26.4.1966, por escritura pública lavrada nestas Notas, no livro 1-2, folhas 199/200, doaram ao segundo nomeado, MUNICÍPIO DE UNAI, o imóvel constituído por uma parte de terras situada na Fazenda Tamboril, neste Distrito e Município de Unai, Minas Gerais, com a área de 3.000m² (três mil metros quadrados); que, naquele ato, por um lapso, deixou-se de mencionar que a finalidade da referida doação era para que fosse edificada uma escola no terreno, pelo que, por este instrumento e na melhor forma de direito, os outorgantes e reciprocamente outorgados vêm aditar a escritura em referência, para que dela passe a constar a razão que motivou a mencionada doação, motivo pelo qual se lavra o presente aditamento, para que na referida escritura fique sanada a omissão aludida, passando o presente ato a fazer parte integrante e inseparável daquela escritura. E, de como assim o disseram e me pediram, do que dou fé, lavrei a presente escritura, a qual feita e lhes sendo lida em voz alta, aceitaram na forma em que está redigida, outorgaram e assinam. Dispensadas as testemunhas de acordo com a lei. Eu, (a) Rodrigo Giurizatto Martins, Tabelião, a digitei e subscrevo. (aa) IVAN DE ASSIS PINHEIRO, DIOMAR DE FARIA PINHEIRO, ANTÉRIO MANICA, RODRIGO GIURIZATTO MARTINS, TRASLADADA EM SEGUIDA.

Em Teste

da Verdade:

## REGISTRO DE IMOVEIS

Registrado no Livro nº 2 e Registro Geral

sob nº R-1 referente a

34.846

Matrícula nº 10 de novembro de 2009

Oficial: Fls. Humberto C. Lisboa Fradette

Emolumentos: R\$ 10,93

Recivil: R\$ 0,66

Taxa Judiciária: R\$ 3,64

Total: R\$ 15,23

## REGISTRO DE IMOVEIS

UNAI - MG

Transcrito no Livro nº 1 - I.

nº 119.684

Em 22 de outubro de 2009

Oficial: Fls. Humberto C. Lisboa Fradette

Consulte a validade do selo em: <http://200.186.127.65> e/ou [selos.tabnc.com.br](http://selos.tabnc.com.br)

826f-b310-00f7-5969  
c056-a56a-fe0e-7d50  
consulte em [www.selos.com.br](http://www.selos.com.br)

Selo de Fiscalização

BYD 15964

Selo de Fiscalização

BYD 41784

Válido somente com selo de fiscalização

CÓPIA AUTÊNTICA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ

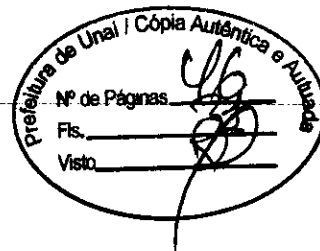
Praça JK, s/nº, Unaí-MG, CEP 38.610-000. Fone: (38) 676-1203 – 676-1505



De: DIPAI

Para: SISURB


DATA: 06/05/2010



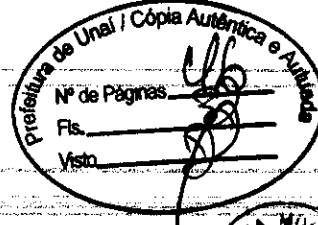
Senhor Secretário,

Pedimos que seja enviado agrimensor na Fazenda Tamboril, descrita em matrícula 34.846 do CRI de Unaí, anexa nos autos, para que o mesmo efetue levantamento topográfico da área, destacando também as construções existentes no local.

Atenciosamente,

  
Divina Maria de Sousa  
Técnico Administrativo  
Patrimônio e Imobiliário

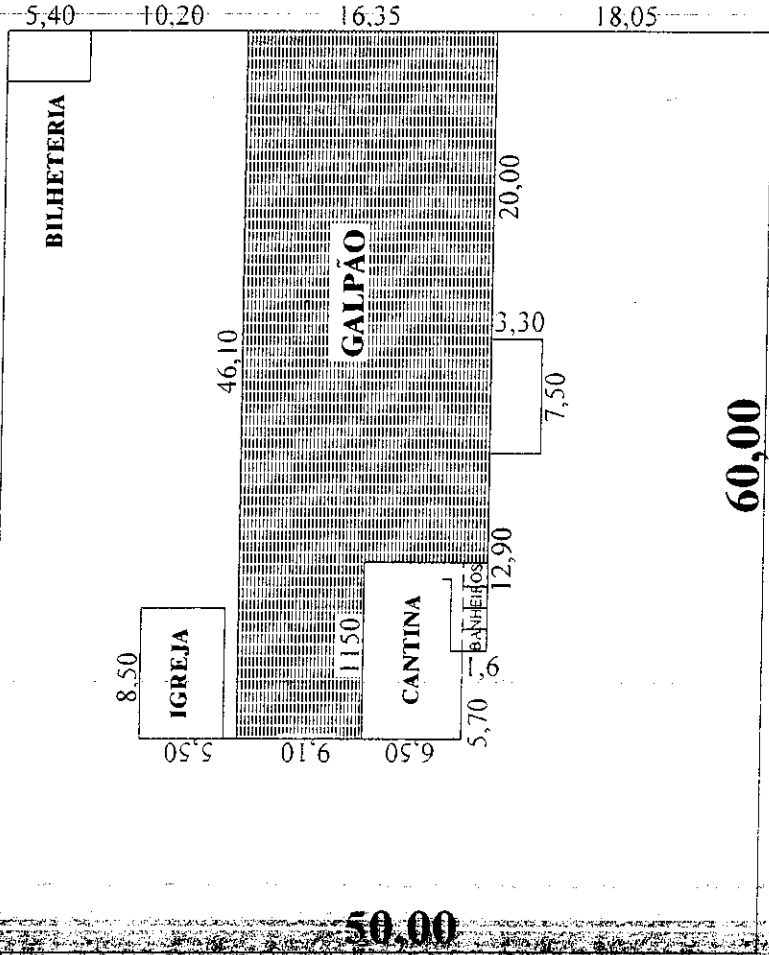
CÓPIA AUTÊNTICA



UNAI

IVAN DE ASSIS PINHEIRO

60,00



50,00

IVAN DE ASSIS PINHEIRO

IVAN DE ASSIS PINHEIRO

CROQUIS



WILMAR DA COSTA  
RUA - DIALMA TORRES 375 - TI - 3676 3365

|   |   |
|---|---|
| LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE UMA GLEBA DE TERRAS PARTE DA FAZENDA TAMBORIL |   |
| REQUERENTE  | CONSELHO CENTRAL DE UNAI DA S.S.V.P. - 07/05/2010 |
| IMÓVEL  | FAZENDA TAMBORIL                                  |
| ENDEREÇO  | B.R - 251 KM-                                     |
| ESCALA  | 1: 1.000 DATA MED. 07/05/2010                     |
| ÁREA TOTAL  | 3.000,00 M2                                       |
| CIDADE  | UNAI - MG   |

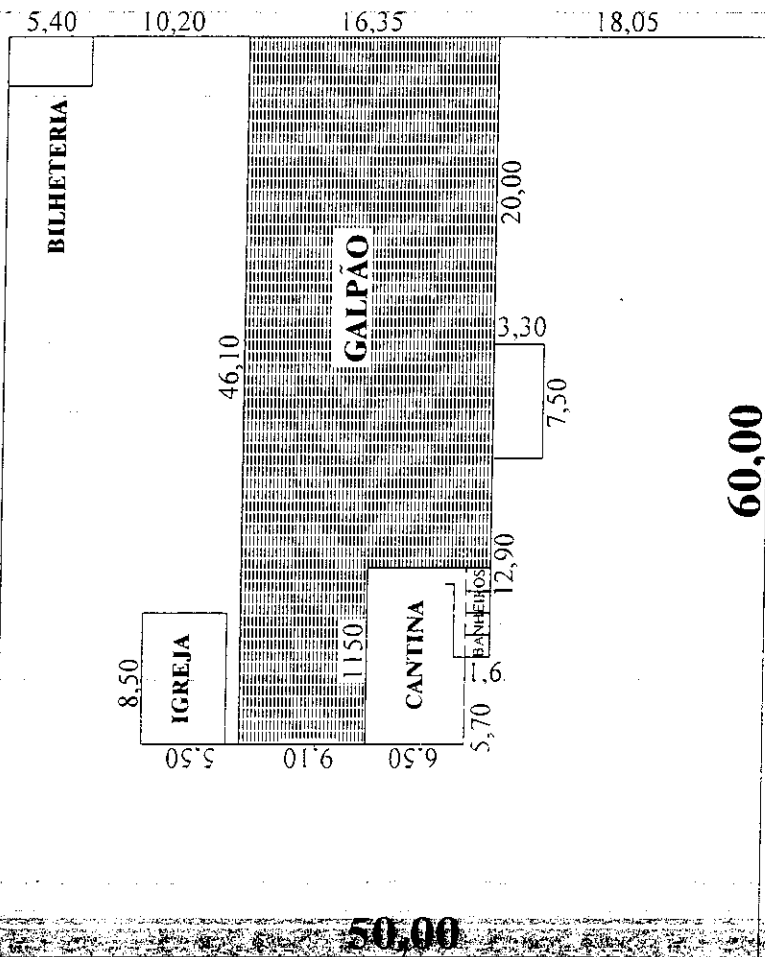
WILMAR DA COSTA  
AGRIMENSOR - CREA - 3316 M/G



UNAI

IVAN DE ASSIS PINHEIRO

60,00



IVAN DE ASSIS PINHEIRO

50,00

CÓPIA AUTÊNTICA



CROQUIS.

AGRIMENSURA

WILMAR DA COSTA  
RUA DIALMA TORRES 975 TL 3676 2365

OBS.

|  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE UMA GLEBA DE TERRAS, PARTE DA FAZENDA TAMBORIL |                                      |
| REQUERENTE   | CONSELHO CENTRAL DE UNAI DA S.S.V.P. |
| IMÓVEL   | FAZENDA TAMBORIL                     |
| ENDEREÇO   | B.R - 251 KM-                        |
| ESCALA   | 1: 1.000                             |
| DATA MED.  | 07/05/2010                           |
| ÁREA TOTAL   | 3.000,00 M2                          |
| CIDADE   | UNAI - MG                            |

WILMAR DA COSTA  
AGRIMENSOR - CREA - 3316 MG

CÓPIA AUTÊNTICA



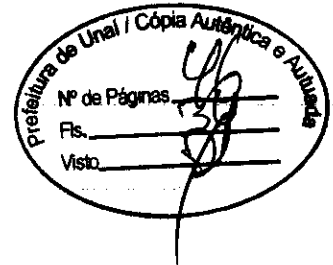
## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ

Praca JK, s/nº, Unai-MG, CEP 38.610-000, Fone: (38) 676-1203 – 676-1505

De: DIPAI

Para: COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

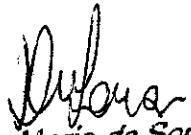
DATA: 11/05/2010



Prezados Senhores,

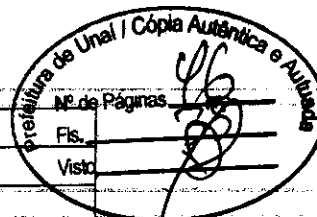
Pedimos que seja efetuado avaliação da Fazenda Tamboril, descrita em matrícula 34.846 do CRI de Unai, anexa, (local onde é realizado a festa do tamboril), para fins de doação ao Conselho Central de Unai da SSVF.


Atenciosamente,

  
Divina Maria de Sousa  
Técnico Administrativo  
Patrimônio e Imobiliário



**PREFEITURA DE UNAÍ** CÓPIA AUTÊNTICA  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



| <b>COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 019/2010</b>   |                    |
|---|--------------------|
| <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ (MG)</b>  |                    |
| <b>DA: Comissão de Avaliação</b>  | <b>PARA: DIPAI</b> |
| <p>Prezado Coordenador,</p> <p>Venho por meio desta, encaminhar o Laudo n.º 019/2010, emitido por esta Comissão em 13 de maio de 2010, referente a avaliação de um imóvel para fins de doação ao Conselho Central de Unaí da SSVF.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p><br/><b>Laércio Gonçalves Pereira</b><br/>Presidente</p> |                    |
| <b>Data: Unaí (MG), 13 de MAIO de 2010</b>  |                    |



**PREFEITURA DE UNAÍ**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CÓPIA AUTÊNTICA**

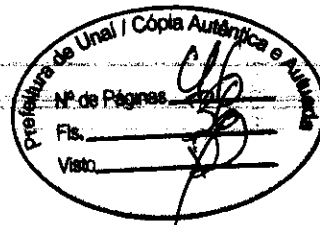
**LAUDO DE AVALIAÇÃO N.º 019 / 2009**

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**PROCESSO N.º 05334-001/2010**

**REQUERENTE: CONSELHO CENTRAL DE UNAÍ DA SSV**

**ASSUNTO: AVALIAÇÃO DE ÁREA PARA FINS DE DOAÇÃO**



**Objetivo**

O presente Laudo de Avaliação tem por escopo realizar a avaliação de uma área para fins de doação feita ao Conselho Central de Unaí da SSV.

**Localização e Descrição do Imóvel**

O imóvel objeto desta avaliação trata-se de uma área localizada neste Município de Unaí, na Fazenda Tamboril, medindo 3.000 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados).

**Procedimentos Adotados na Avaliação do Imóvel**

Na avaliação do presente imóvel esta Comissão considerou, após vistoria in-loco, a localização do imóvel e o preço de mercado praticado na região.

**Conclusão**

Ante o exposto, esta Comissão avaliou o presente imóvel por R\$ 2.000,00 (dois mil reais), perfazendo um valor de R\$ 0,66 (sessenta e seis centavos) por metro quadrado.

É o parecer desta Comissão.

Unaí (MG), 13 de maio de 2010.

  
Laércio Gonçalves Pereira

Presidente CAT

  
Geraldo C. de Moura

Vice-Presidente CAT

  
Daniel Leão Lucas

Secretário Executivo CAT

0031

**CÓPIA AUTÊNTICA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ**

*Praça JK, s/nº, Unaí-MG, CEP 38.610-000, Fone: (38) 676-1203 - 676-1505*



De: DIPAI

Para: SEGOV

DATA: 14/05/2010



Senhor Secretário,

Os procedimentos e documentos necessários para a doação do imóvel pleiteado pelo Conselho Central de Unaí da SSVP, foram efetuados e anexados aos autos.

Pedimos análise ao processo e se for de interesse da administração, encaminhamento a Projur para parecer jurídico.

Atenciosamente,

**Divina Maria de Sousa**  
Técnico Administrativo  
Patrimônio e Imobiliário

0037  
CÓPIA AUTÊNTICA

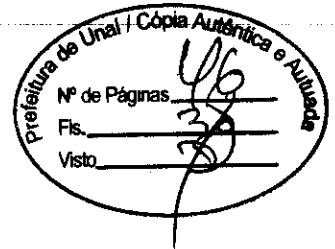
PROCESSO Nº.: 05334-001/2010

CÓPIA AUTÊNTICA

REQUERENTE: CONSELHO CENTRAL DE UNAI DA SSV




À  
PROJUR,



Para exame e parecer sobre a legalidade, ou não, de promover-se a doação pretendida.

Unai, 14 de maio de 2010.

  
José Faria Nunes  
Secretário de Governo

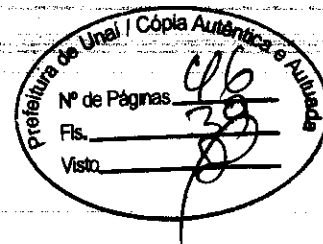
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ**

Praça JK, s/nº, Unaí-MG, CEP 38.610-000, Fones: (0xx38) 3677-9310 – ramal 9043



Processo nº. 05334-001/2010

Requerente: CONSELHO CENTRAL DE UNAÍ DA SSVP



Ao  
Dr. Marco Aurélio Pereira

Senhor Procurador Geral,

Em 23 de abril de 2010 o Sr. Dalmir Alves Ferreira da Silva, Presidente do CCU da SSVP, encaminhou ofício de fls. 02/03 e documentos de fls. 04/26, solicitando doação do terreno sede da festa do tamboril. Esclarece ainda, que a festa vem acontecendo a mais de três décadas.

Em 27 de abril de 2010, o Sr. José Faria Nunes, Secretário de Governo, encaminhou o procedimento para a Divisão de patrimônio Imobiliário para a juntada da documentação (escritura, croqui etc).

Em 06 de maio de 2010, a Sra. Divina Maria de Sousa, solicita a Secretaria de Serviços Urbanos levantamento topográfico da área.

Em 11 de maio de 2010, a Sra. Divina Maria de Sousa, solicita avaliação da área objeto do pedido de doação.

Em 14 de maio de 2010, o Sr. José Faria Nunes, Secretário de Governo, encaminhou o procedimento a esta Procuradoria, para exame e parecer sobre a legalidade, ou não de atendimento ao pedido.

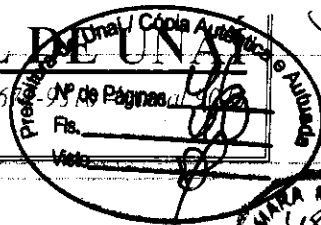
Em síntese, é o breve relatório.



CÓPIA AUTÊNTICA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

Praça JK, s/nº, Unai-MG, CEP 38.610-000. Fones: (0xx38) 3611-1111



## FUNDAMENTAÇÃO

A Administração pública poderá alienar seus bens se assim o desejar, visto que exerce sobre eles poderes de proprietário, segundo os preceitos de direitos constitucional e administrativo, devendo sempre observar o interesse público e a destinação dos mesmos.

No caso, deve se entender como alienação toda a transferência de propriedade, remunerada ou gratuita, sob a forma de venda, permuta, doação, dação em pagamento, investidura, legitimação de posse ou concessão de domínio. Em princípio, toda alienação de bem público depende de lei autorizadora, de licitação e de avaliação da coisa a ser alienada, o que deve ser somado ao indispensável interesse público e vontade do administrador.

Presentes e satisfeitas as condições norteadoras da alienação de bem público, esta poderá ocorrer mediante doação com observâncias às diretrizes do artigo 538 do CC/02 e do artigo 17 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 25, inciso I, a da Lei Orgânica do Município de Unai, vejamos:

Dispõe a Lei Orgânica do Município, *in verbis*:

*"Art. 25. A alienação de bens municipais será sempre precedida de avaliação e observará os seguintes requisitos prévios:*

*I- quando imóveis, dependerá de autorização legislativa, concorrência, dispensada esta somente nos seguintes casos:*

*a ) doação, devendo constar obrigatoriamente da lei escritura pública, se o donatário não for entidade de direito público, os encargos correspondentes, o prazo de cinco anos para o cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;*

*b) permuta;*

*omissis...*

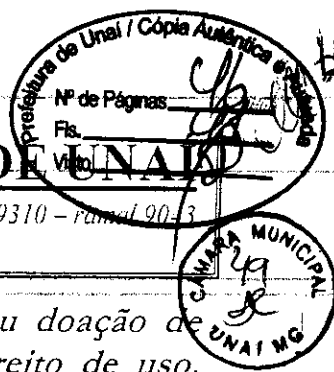
mco





## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

Praça JK, s/nº, Unai-MG. CEP 38.610-000. Fones: (0xx38) 3677-9310 – Fonefax 90-3



§ 1º o município, preferencialmente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorga a concessão de direito de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência.

§ 2º A concorrência pode ser dispensada por lei quando uso se destinar a concessionário de serviço público municipal, a entidades assistenciais, educativas ou culturais, ou quando houver interesse público devidamente justificado". (grifou-se).

Esclareça-se, inicialmente, que, nos termos do disposto no art. 17, caput I, da Lei de Licitações, a alienação de bens imóveis da Administração Pública está subordinada, sob pena de ilegalidade, à existência de interesse público devidamente justificado, prévia autorização legislativa (para órgãos da Administração direta e entidades autárquicas e fundacionais), avaliação prévia e, em regra, licitação na modalidade de concorrência.

Grife-se que a licitação para a alienação de bens imóveis estará dispensada se o caso concreto se enquadrar em uma das hipóteses previstas nas alíneas do citado Inc. I do art. 17 da Lei de Licitações, para as demais hipóteses não admitidas no dispositivo, à instauração de licitação para a alienação do bem imóvel se imporá.

No tocante à dispensa de licitação e aplicabilidade do dispositivo para, *in casu*, os Municípios, existe uma polêmica sobre o tema, isso porque existe uma ADIn. (nº 927-3-RS) que suspendeu em parte a al. b, do inc. I do art. 17, com essa suspensão é possível que o Município faça a doação para pessoas jurídicas de direito privado, desde que haja interesse público e justificativa para tanto.

Entretanto, após a concessão da liminar na ADIn. Acima mencionada, o texto da al. b do Inc. I do art. 17 sofreu duas alterações, uma em 2007 e outra em 2009, essas alterações incluíram as alíneas b e i.

Assim, cumpre-nos ressaltar que, de fato, estava praticamente assentado na doutrina especializada que, em relação a Estados-membros, Distrito Federal e Municípios (excluída, pois a Administração Pública federal), encontrava-se suspensa a eficácia da expressão "*permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo*", inserta na al. b do inc. I do art. 17 da Lei Federal de Licitação, por força de medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos de ADIn. Nº 927-3-RS, em 3/11/93 (DJU de 10/11/93).

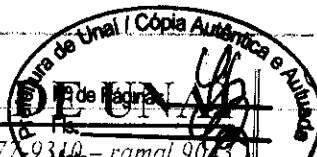
mce



CÓPIA AUTÊNTICA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

Praça JK, s/nº. Unai-MG, CEP 38.610-000. Fones: (0xx38) 3677-9310 - ramal 903



Dessa maneira, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios estariam autorizados diretamente doação de imóveis (isto é, sem a instauração de procedimento licitatório), inclusive para particulares, desde que também cumprissem com os demais requisitos insertos no art. 17, inc. I, da Lei 8.666/93, ou seja, estariam subordinados, sob pena de ilegalidade, à existência de interesse público devidamente justificado e prévia autorização legislativa (para órgãos da Administração direta e entidades autárquicas e fundacionais) e avaliação prévia.

Todavia, em face da alteração empreendida na al. b do Inc. I do art. 17 da Lei nº 8.666/93, por força da Lei nº 11.481/07, e da Lei nº 11.952/09, voltou-se a discutir sobre a prevalência da suspensão supramencionada.

Assim sendo, admitida à prevalência da suspensão da eficácia da expressão "permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo" nessa hipótese, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios poderiam autorizar doação direta de imóveis, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i do inc. I do art. 17 e desde que cumpridos os demais requisitos ali inseridos.

Por outro lado, também se poderia sustentar que, em face da alteração empreendida no art. 17, inc. I al. b, da Lei nº 8.666/93, na verdade, teria perdido o objeto a ADIn. nº 927-3-RS, especificamente no tocante a este dispositivo, restando na verdade, restabelecida sua redação integral.

Por esse raciocínio, mesmo os Estados-membros, Distrito Federal e Municípios apenas poderiam doar diretamente bens imóveis se para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h, e i do inciso I do art. 17 e desde que cumpridos os demais requisitos ali inseridos.

Contudo, se adotado o raciocínio da prevalência da suspensão da eficácia da expressão "permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo" e, portando, admitida a doação para pessoas jurídicas de direito privado, desde que haja interesse público e justificativa para tanto, temos a considerar que não haveria óbice na realização da doação de imóvel do Município para particular, sem que incorresse em violação à obrigatoriedade de licitar.

CÓPIA AUTÊNTICA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

Praça JK, s/nº. Unai-MG, CEP 38.610-000. Fones: (0xx38) 3677-9310 – ramal 90-0



Esse raciocínio tem subsídio na doutrina do jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, *in verbis*:

*“ O governo do Estado do Rio Grande do Sul questionou a constitucionalidade desse dispositivo e o Supremo Tribunal Federal, em caráter liminar, no julgamento da ADIn nº 927-3, decidiu suspender a eficácia da expressão ‘exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo’. Deliberando nesse sentido, a lei deve ser interpretada considerando escrita esta expressão apenas para os órgãos da Administração Pública federal, direta, indireta e fundacional e não escrita para as demais esferas de governo, que, em consequência, podem continuar promovendo doação de imóvel, inclusive para particulares, respeitadas as demais exigências – interesse público justificado, avaliação prévia e autorização legislativa para a administração direta, autárquica e fundacional” ( cf. in Contratação Direta sem Licitação, 7ª ed., Fórum Belo Horizonte, 2008, pp: 254/255 ( grifos nossos).*

Para definir interesse público, recorremos aos ensinamentos do Professor Diógenes Gasparini, para quem o interesse público; *“(…) é o que se refere a toda a sociedade. É o interesse do todo social, da comunidade considerada por inteiro*. Nesse sentido é a lição de Plácido e Silva ( Vocabulário Jurídico, 10ª ed., Rio de Janeiro, Forense, v. 2, p; 498); *‘ Ao contrário do particular, é o que se assenta em fato ou direito de proveito coletivo ou geral. Está, pois adstrito a todos os fatos ou a todas as coisas que se entendam de benefício comum ou para proveito geral, ou que se imponham por uma necessidade de ordem coletiva’*.

*(…) O interesse que só diz respeito à Administração Pública ou que de modo geral não condiz com o interesse de toda a coletividade é chamada por Renato Alessi ((nstituciones, cit., p.184) de interesse secundário. O interesse secundário, salvo se coincidente com o interesse primário, não pode ser perseguido pela Administração Pública, conforme têm entendido os mais renomados administrativistas”(cf. in Direito Administrativo, 14ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, pp. 15 e 16).*

Assim, a amparar a referida doação, deve-se existir interesse público e este deve estar muito bem justificado pelo Administrador Público.

me



CÓPIA AUTÊNTICA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

Praça JK, s/nº, Unai-MG, CEP 38.610-000, Fones: (0xx38) 3677-9310 – ramal 9943



Parece-nos, *Data venia* que em conformidade com informações trazidas pela Requerente às fls. 02 indicam a presença de interesse público na medida em que o Requerente da doação é entidade sem fins lucrativos prestadora de serviços relevantes à população carente e idosa deste Município.

Em conclusão, caberá ao Administrador Público verificar a existência de interesse público devidamente justificado, avaliação prévia e autorização legislativa, e ainda as disposições contidas no artigo 25, inciso I, a da Lei Orgânica do Município de Unai, assim, observada todas as condições, há legalidade jurídica do pedido.

É o parecer, S.M.J., que submeto à apreciação superior.

Unai/MG, 18 de maio de 2010

Celenita Martins Sobrinha Ribeiro

Analista Jurídica

OAB/MG 105.722

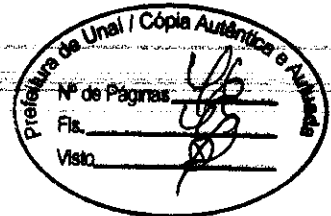


**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ**

Praça JK, s/nº, Unaí-MG, CEP 38.610-000, Fones: (0xx38) 3676-1203 – 3676-1505

**Processo nº: 05334-001/2010**

**Requerente: Conselho Central de Unaí da SSVP**



À  
SEGOV

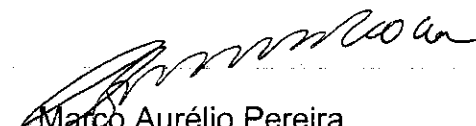


Senhor Secretário,

**Aprovo** na íntegra o parecer de fls. 38/43 da i. Analista Jurídica, Dra. Celenita Martins Sobrinha, por seus próprios fundamentos fáticos e jurídicos .

Atenciosamente,

Unaí/MG, 19 de Maio de 2010 .

  
Marco Aurélio Pereira  
Procurador Geral

